

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Arquitetura participativa:

Experiências partilhadas e desafios no Bairro da Parcela 6

Fábio Alexandre Gerardo da Silva Cordeiro

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientador(a):

Doutora Sara Eloy, Professora Auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Orientador(a):

Doutora Stefania Stellacci, Investigadora Auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Arquitetura participativa:

Experiências partilhadas e desafios no Bairro da Parcela 6

Fábio Alexandre Gerardo da Silva Cordeiro

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientador(a):

Doutora Sara Eloy, Professora Auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Orientador(a):

Doutora Stefania Stellacci, Investigadora Auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Agradecimentos

Um obrigado à comunidade do Bairro da Parcela 6, pela curiosidade, disposição, voto de confiança e participação. Destacar a Sra. Suzete, pela maneira como me integrou, acompanhou e adotou. Uma senhora maravilhosa com imensas histórias para partilhar, tendo contribuído bastante para o conteúdo deste trabalho.

Um enorme obrigado à Carlota Garcez, que, sem o seu incomparável apoio, companheirismo e persistência, não seria capaz de terminar o curso. Obrigado, também, pela sua opinião crítica, disciplina e energia positiva tão contagiante.

À Inês Pereira - Seni -, um majestoso brinde, não só por me recordar regularmente de fazer pausas, como também pela paciência e constante lembrança de aproveitar as oportunidades do presente.

À Constança Gonçalves -Concha -, um longo abraço pela motivação, ambiciosa visão e noção de realidade. Foi um prazer e orgulho acompanhar o seu percurso, e um orgulho maior tê-la a acompanhar o meu.

Ao Henrique Teixeira, Francisco Quaresma e Gil Marçal, - Gilberto -, obrigado pelas aventuras, pela arruaça, pelos passeios e pelas conversas.

Ao Nuno Almeida, - Nunão -, e Carlos Vieira, - Carlitos -, pelo profissionalismo, exemplo, e equilíbrio entre responsabilidade e lazer.

Aos meus pais e irmã, um obrigado pela confiança, insistência, educação, companhia e liberdade.

Às professoras e orientadoras Sara Eloy e Stefania Stellacci, pela organização, fornecimento de conteúdo, acompanhamento e orientação.

Resumo

A procura aos centros urbanos a partir de 1950, provocou em Portugal a falta de habitação acessível em Lisboa. Como alternativa, a população procurou alojamento nos municípios adjacentes, como por exemplo Loures, priorizando a acessibilidade à capital. Como resposta à crise habitacional foram criados programas sociais de apoio à habitação focados na qualidade de alojamento.

Nesse contexto, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) revolucionou a maneira de projetar arquitetura de apoio social do estado, priorizando a qualidade de vida da população e incluindo-a no planeamento de propostas. O Bairro da Parcela 6 foi construído para realojar famílias de bairros de génese ilegal, valorizando a importância da comunidade e integração. Este bairro surge nos planos de qualificação urbana durante a década de 70, sendo construído a partir do fim da década de 80.

Este estudo foca-se em compreender e divulgar as dificuldades e intenções da comunidade do Bairro da Parcela 6 através de processos participativos. Para isso, foi necessário identificar formas de os residentes exporem informação e trabalharem em coletivo e com os arquitetos.

Procurou-se estabelecer uma relação forte com a comunidade, conquistada de modo gradual, e através da interação com os membros mais dinâmicos desta comunidade. Focou-se em compreender o quotidiano do bairro, as problemáticas e as prioridades da comunidade, e assim, expô-las. O contacto com a comunidade assentou em diálogos, entrevistas, questionários e atividades dinâmicas.

O trabalho desenvolve-se em quatro fases de intervenção: análise bibliográfica; interação com o local; discussões com a comunidade; apresentação e discussão de propostas com a comunidade.

Palavras-Chave

Evolução Urbana; Bairros Municipais; Projeto participativo; Comunicação; Inclusão social.

Abstract

The demand for urban centers from 1950 onwards in Portugal led to a lack of affordable housing in Lisbon. As an alternative, the population sought accommodation in adjacent municipalities, such as Loures, prioritizing accessibility to the capital. In response to the housing crisis, social programs were created to support housing focused on the quality of housing.

In this context, the Local Ambulatory Support Service (SAAL) revolutionized the way of designing social architecture, prioritizing the quality of life of the population and including it in the planning of proposals. Bairro da Parcela 6 was built to relocate families from illegal neighbourhoods, emphasizing the importance of community and integration. This neighbourhood appears in the urban qualification plans during the 70's, being built from the end of the 80's.

The purpose of this study is to understand and disseminate the difficulties and intentions of the Bairro da Parcela 6 community through participatory processes. For this, it was necessary to identify ways for residents to expose information and work collectively and with architects.

We sought to establish a strong relationship with the community, achieved gradually, and through interaction with the most dynamic members of this community. The intention was to understand the daily life of the neighborhood, the problems, the priorities of the community and expose them. The interaction was based on dialogues, interviews, questionnaires and dynamic activities.

The work is developed in four intervention phases: bibliographical analysis; interaction with the site; community discussions; presentation and discussion of proposals with the community.

Keywords

Urban Evolution; Municipal Neighborhoods; Participatory project; Communication; Social inclusion.

Índice

Agradecimentos	I
Resumo.....	I
Palavras-Chave	I
Abstract	III
Keywords.....	III
Índice.....	V
Índice de figuras	VII
Índice de tabelas	XI
1 Introdução	1
1.1 Perguntas de Investigação.....	2
1.2 Objetivos.....	2
1.3 Metodologia	3
1.4 Estrutura do Trabalho.....	4
2 A situação do parque habitacional em Portugal entre 1950 e 2000.....	5
2.1 Concentração populacional e crise habitacional nos anos 50 e 70.....	5
2.2 Especulação imobiliária e a intervenção do Estado	6
2.3 Crescimento urbano e integração social	8
2.4 O papel social do Arquiteto e o papel da população	10
2.5 Programas de apoio à habitação	11
2.5.1 SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).....	11
2.5.2 Breve análise de projetos de realojamentos:.....	14
3 Loures	15
3.1 Planeamento municipal em Loures e impactos	21
3.2 Bairro da Parcela 6	24
3.2.1 Breve análise das fases de construção do bairro da Parcela 6.....	27

3.2.2	Espaço público exterior	30
3.2.3	Sistema de circulação no bairro da Parcela 6.....	34
3.2.4	Sistema de acessibilidade ao bairro da Parcela 6.....	36
3.2.5	Evolução das habitações	39
4	Projeto Participativo.....	43
4.1	Envolvimento da população local.....	43
4.2	O papel do Arquiteto nos processos participativos	45
4.3	Técnicas de aproximação das comunidades	46
4.4	Apontamentos sobre metodologias existentes para processos participativos	47
4.5	Princípios para um projeto participativo.....	48
5	Processo Participativo – Caso de estudo: Parcela 6.....	51
5.1	Objetivos e metodologia utilizada.....	51
5.1.1	Fase 1 – Análise documental e bibliográfica	52
5.1.2	Fase 2 – Diagnóstico da situação no bairro.....	54
5.1.3	Fase 3 – Discussão das percepções dos moradores sobre o bairro da Parcela 6.....	55
5.1.4	Fase 4 – Discussão de ideias para o bairro.....	67
5.2	Análise crítica do processo participativo.....	72
6	Conclusões.....	75
	Referências.....	81
	Anexos.....	85
	A – Mapas feitos em parceria com os residentes.....	85
	B – Questionário.....	86
	C – Painéis da exposição e discussão de propostas	87
	D – Workshop.....	91

Índice de figuras

Figura 1 – Número de fogos construídos, por concelho, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (Fonte: Antunes, 2019)	15
Figura 2 – Linha temporal da atuação de bairros de habitação pública em Loures (Fonte: CMLoures, 2021).....	18
Figura 3 – Distribuição dos residentes de Loures pelos municípios com maior empregabilidade, produzido pelo autor (Fonte: Censos 2011).....	21
Figura 4 – Gráfico da população habitacional em Unhos (Fonte: apud Jorge, 2010)	23
Figura 5 – Planta de proposta original do Bairro da Parcela 6 (Fonte: CMLoures).....	24
Figura 6 – Plano habitacional para o território urbano do Bairro da Parcela 6 e adjacentes, adaptado pelo autor (Fonte: Gestual).....	25
Figura 7 – Fotografia aérea do Bairro da Parcela 6 (38°49'21.8"N 9°07'37.1"W), adaptado pelo autor (Fonte: DGTerritório)	26
Figura 8 - Fotografia aérea do Bairro da Parcela 6 (38°49'21.8"N 9°07'37.1"W), adaptado pelo autor (Fonte: DGTerritório).....	26
Figura 9 – Representação do primeiro conjunto de moradias a serem construídas em 1985, produzido pelo autor.....	27
Figura 10 - Representação do segundo conjunto de moradias a serem construídas em 1988, produzido pelo autor.....	28
Figura 11 - Representação do conjunto edificado e sistema viário, a ser construído em 1995, produzido pelo autor.....	28
Figura 12 – Corte longitudinal pelo Bairro da Parcela 6, produzido pelo autor	29
Figura 13 – Planta atual do Bairro da Parcela 6, produzido pelo autor (Fonte: CMLoures)	30
Figura 14 – Ocupação do espaço público exterior na Parcela 6 pelos moradores (05/01/2022) (Fonte: autor)	31
Figura 15 – Destaque de elementos (em amarelo) que foram não concretizados conforme a proposta inicial, produzido pelo autor.	32
Figura 16 - Destaque de elementos (em vermelho) que foram concretizados diferente da proposta inicial, produzido pelo autor	33

Figura 17 - Circulação pedonal (em amarelo) que não ocorre conforme planeada no projeto original, produzido pelo autor.....	34
Figura 18 - Circulação pedonal e estacionamentos abusivos (em vermelho) que não ocorre conforme planeada no projeto original, produzido pelo autor	35
Figura 19 – Representação dos acessos originalmente idealizados para o bairro, produzido pelo autor	37
Figura 20 - Representação dos acessos adaptados para o bairro, produzido pelo autor.....	38
Figura 21 – Representação exemplo dos elementos demolidos ou alterados da proposta inicial, produzido pelo autor.....	39
Figura 22 - Representação exemplo dos elementos demolidos ou alterados da proposta inicial, produzido pelo autor.....	41
Figura 23 - Representação exemplos dos elementos acrescentados ou alterados atualmente, produzido pelo autor.....	42
Figura 24 – Ortofotomapa do bairro da Parcela 6, utilizado para referência de mapeamento (Fonte: Google Earth).....	56
Figura 25 – Colocação dos mapas nas paredes (26/11/2021) (Fonte: Rita Santos).....	57
Figura 26 – Fotografia no Bairro, lote 2, diálogo entre o autor e morador (26/11/2021) (Fonte: Rita Santos).....	58
Figura 27 - Mapa coletivo sobre o representa o bairro (26/11/2021), produzido pelos organizadores e os residentes.....	59
Figura 28 – Concentração de informação (26/11/2021), produzido pelos organizadores e os residentes.....	60
Figura 29 – Destaque do sentimento dos espaços (26/11/2021), produzido pelos organizadores e os residentes	61
Figura 30 – Interpretação do mapa produzido em conjunto com os moradores por zonas de conforto, produzido pelo autor.....	62
Figura 31 – Interpretação do mapa coletivo por desejo de intervenções, produzido pelo autor .	62
Figura 32 – Interpretação do mapa coletivo por zonas de lazer e convívio, produzido pelo autor	62

Figura 33 – Interpretação dos serviços externos de apoio ao bairro destacados pelos residentes, produzido pelo autor.....	63
Figura 34 - Gráfico da preferência dos residentes sobre os métodos de divulgação, produzido pelo autor.....	65
Figura 35 - Gráfico das problemáticas identificadas pelos residentes, produzido pelo autor.....	66
Figura 36 – Mapa Ilustrativo da localização dos cartazes a anunciar a sessão coletiva, produzido pelo autor.....	67
Figura 37 – Mapeamento de zonas de convívio, circulação e visibilidade em relação ao local escolhido, produzido pelo autor.....	68
Figura 38 – Uso dos elementos visuais de apoio à comunicação (21/05/2022) (Fonte: Sara Eloy).....	69
Figura 39 – Mapeamento do feedback obtido sobre as propostas apresentadas (21/05/2022), produzido pelo autor.....	70
Figura 40 – Fotografia do decorrer da sessão, interação dos estudantes e dos moradores (21/05/2022) (Fonte: Stefania Stellacci).....	71
Figura 41 – Moradores a rever as propostas após a atividade promovida pelo grupo de estudantes (21/05/2022) (Fonte: autor).....	72

Índice de tabelas

Tabela 1 – Evolução do número de residentes no distrito de Lisboa e em Loures entre 1950 e 2011 (Fonte: CMLoures, 2021).....	16
Tabela 2 – Distribuição dos alojamentos e correspondentes tipologias por bairro no Município de Loures (Fonte: CMLoures, 2021)	19
Tabela 3 – Principais métodos de deslocação para residentes da AML e Loures, adaptado pelo autor (Fonte: Censos 2021).....	Erro! Marcador não definido.

1 Introdução

A realização de projetos de arquitetura participativos constitui uma forma de envolver os diferentes intervenientes no desenvolvimento e concretização de um projeto, serviço ou produto, com o intuito de encontrar soluções que vão ao encontro das necessidades dos utilizadores. Os futuros utilizadores, ao terem oportunidade de explicar como pretendem habitar os espaços, têm a capacidade de moldar a sua construção, resultando numa interação personalizada com a concretização. Em contraste, a realização de projetos que excluem as intenções individuais dos futuros utilizadores produzem resultados generalizados. (Tromp e Hekkert, 2019)

Um projeto participativo requer um planeamento próprio de forma a ser intencional, baseado na definição de objetivos e múltiplas formas de interagir. Acima de tudo, baseia-se no reconhecimento da importância da população local (Sanoff, 2008). Os processos de recolha de dados e informações podem ser indiretos, como estudos sobre a comunidade ou observação de comportamentos; ou diretos, através de diálogos, da realização de atividades interativas ou questionários.

A vantagem do uso integrado de diferentes abordagens é permitir fornecer um diagnóstico abrangente, garantindo o envolvimento do final grupo beneficiário. Este processo valoriza a opinião e o conhecimento do utilizador, tendo vindo a ser adotado na arquitetura desde a década de 60.

A realização do projeto participativo na comunidade do bairro da Parcela 6, em Loures, está alinhado com o tema de “Cidade Justa e Inclusiva”, no âmbito do Projeto Final de Arquitetura (PFA) e promovido pelas professoras Sara Eloy, Rosália Guerreiro, e Stefania Stellacci. Este trabalho visa contribuir para a integração social da comunidade e valorizar a qualidade urbana do bairro estudado. A seleção do local de estudo surge como sugestão de intervenção pelos representantes da Câmara Municipal de Loures, devido à sua exclusão geográfica, multiculturalismo, e viabilidade do trabalho ao longo de um ano.

1.1 Perguntas de Investigação

Esta investigação dedica-se a duas questões essenciais

- Como é que se processa um projeto participativo eficazmente que envolva a comunidade do Bairro da Parcela 6? Com esta pergunta pretende-se identificar os passos necessários para desenvolver um projeto participativo local e os seus intervenientes.
- Como aplicar um projeto participativo na Parcela 6? Com esta pergunta pretende-se identificar modos de adaptar as metodologias de processo participativo, seguindo as qualidades, fraquezas e necessidades da comunidade da Parcela 6.

1.2 Objetivos

Este estudo tem dois objetivos essenciais:

- i) Identificar ferramentas metodológicas para envolver os moradores a contribuírem para o reconhecimento do bairro, partilhando-o através das suas vivências diárias e as opiniões
- ii) Testar metodologias de projeto participativo no Bairro da Parcela 6, de acordo com os intervenientes e colocando à sua crítica propostas de requalificação do bairro.

Neste trabalho faço a reflexão sobre de que forma podem os projetos participativos reconhecer, hierarquizar e solucionar os problemas existentes no bairro, através de ações participativas com a comunidade residente. Ao longo deste trabalho analiso o papel do Arquiteto em projetos coletivos sociais e as limitações de intervenção. Procuo compreender como o Arquiteto pode ir ao encontro dos interesses dos residentes, mantendo a capacidade decisória sobre que princípios privilegiar no desenho e na prática de arquitetura e que abordagens seguir. Para alcançar estes objetivos, é necessário a integração nos círculos da comunidade, através do conhecimento das associações de moradores, ou outras associações sociais envolvidas. Este trabalho não visa realizar um projeto real, mas sim criar as bases de investigação para que se possa desenvolver, de forma fundamentada, intervenções que satisfaçam as necessidades de quem reside na Parcela 6.

Este trabalho serve como um guia para contextos semelhantes, bairros sociais multiculturais de dimensão reduzida, relatando a investigação realizada e partilhando etapas, limitações e resultados.

1.3 Metodologia

O presente trabalho desenvolve-se em quatro fases de abordagem metodológica. Na primeira fase foi necessário conhecer presencialmente o espaço e estilo de vida do local de intervenção, de forma a compreender a posição geográfica, socioeconómica e política. Esta fase é conseguida através da análise de bibliografia para contextualização sobre:

i) Loures, nomeadamente a antiga freguesia de Unhos, dando destaque ao local de estudo, o Bairro da Parcela 6;

ii) Evolução sociopolítica e habitação social durante as últimas sete décadas (1950 a 2022) em Portugal;

iii) Análise bibliográfica sobre entidades étnico-culturais, referente à comunidade que atualmente residem no bairro. Para compreender tanto a organização espacial como as características do tecido socioeconómico e conseguir uma perspetiva comparativa com outros bairros, foram estudados documentos cartográficos, prévios mapeamentos, e dados demográficos.

A segunda fase foca-se no desenvolvimento prático. É nesta fase que surge a oportunidade de aproximar do quotidiano do bairro e experienciar o ambiente do mesmo. Esta fase é conseguida através de visitas ao local, tanto no interior como nos arredores do bairro.

A terceira fase desta investigação prevê o envolvimento da comunidade em diálogos e entrevistas, de forma a examinar o bairro a partir do ponto de vista dos participantes das iniciativas promovidas pelos estudantes de arquitetura (Diogo Filipe, Rita Santos, Ricardo Mendes).

A quarta fase destaca-se pela exposição e discussão pública de propostas de intervenção, desenvolvidas por estudantes de arquitetura do ISCTE, com o intuito de receber feedback dos residentes.

1.4 Estrutura do Trabalho

Após a identificação da abordagem metodológica e as etapas de projeto (capítulo 1), no segundo capítulo reflete-se sobre o contexto sociopolítico em Portugal antes da revolução de 1974, nomeadamente a crise habitacional em que se encontrava o país, realçando a situação nos centros urbanos, em concreto Lisboa. O segundo capítulo aprofunda o papel do Arquiteto e os programas de habitação social mais impactantes.

No terceiro capítulo aborda-se a evolução urbana em Loures desde 1950, resultado do crescimento populacional no Município. Neste capítulo analisa-se o Plano Diretor Municipal de Loures, comparando-o com a evolução do Município. Destaca-se a investigação do surgimento e desenvolvimento do Bairro da Parcela 6 e a sua comunidade.

O quarto capítulo analisa o conceito de projeto participativo, focando-se na relação com a arquitetura, no impacto na comunidade, no papel do Arquiteto e análise de exemplos.

O quinto capítulo descreve o meu processo de intervenção, aplicando e testando os conhecimentos obtidos na fase de análise bibliográfica. Este capítulo divide-se em quatro fases de intervenção com a comunidade, integrado no grupo de cinco estudantes do Projeto Final de Arquitetura, e uma análise crítica sobre o processo.

No sexto capítulo apresentam-se as conclusões da presente investigação, a eficiência e a pertinência de realizar projetos participativos na comunidade da Parcela 6. Saliencia-se a importância do papel do Arquiteto na identificação de soluções técnico-arquitetónicas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos moradores em bairros sociais.

2 A situação do parque habitacional em Portugal entre 1950 e 2000

2.1 Concentração populacional e crise habitacional nos anos 50 e 70

A partir da década de 1950, dado o desenvolvimento industrial, a crise habitacional nos centros urbanos cresceu exponencialmente, como destacado por Bandeirinha (2011). Nesta dissertação, destaca-se a área metropolitana de Lisboa.

As cidades subdesenvolvidas e/ou isoladas não tinham as capacidades para acompanhar as mudanças económicas. Lisboa e Porto encontravam-se saturadas com a falta de habitação acessível em condições (Bandeirinha, 2011). Estas cidades não estavam preparadas para a enchente de moradores que procurava emprego na indústria e nos serviços, os novos setores predominantes da economia. Resultando na diminuição de empregabilidade nas zonas rurais e atividades agrícolas, criando uma concentração nas cidades. Esta mudança na estrutura económica veio a alterar as vivências diárias da população, contribuindo para migrações de grupos sociais e culturais para diferentes regiões, com subseqüentes alterações de hábitos, afetando a permanência em diferentes zonas geográficas (Carreiras, 2018). Em paralelo, a situação que já se encontrava em risco, coincide com a época temporal em que regressam os portugueses dos territórios coloniais para Portugal, durante a década de 70 (Jorge, 2010). Semelhante à restante população, os habitantes residentes nas colónias portuguesas preferiram as cidades com maior potencial de empregabilidade.

A falta de alojamento acessível levou a que grande parte da população, que se encontrava desalojada e sem grandes recursos económicos, procurasse abrigo em soluções improvisadas, de escassa qualidade de construção devido ao uso de materiais de baixa qualidade, como sublinhado pela. A concentração geográfica das vítimas de um sistema capitalista e especulativo que crescia mais rápido que surgiam regulamentos de controlo, deu origem aos 'bairros de lata', zonas de abrigos onde as pessoas viviam em condições deploráveis e precárias. A insatisfação da população e falta de controlo sobre a própria vida, contribuiu para a criação de grupos de moradores e movimentos de combate ao sistema, que ajudaram a concretizar a revolução popular pela liberdade. Esta organização de revolta contra o Estado provocou o golpe militar de 25 de Abril de 1974 que removeu o poder do regime ditatorial em que se encontrava o país. Após a revolução, o povo começou, em peso, a reivindicar o direito à liberdade e à habitação digna, e, assim, começou a ocupar casas desabitadas e a perceber o poder de trabalhar de forma coletiva e de se organizar. O movimento de ocupação das casas apelava à noção de ser imoral a existência de casas vazias com tanta gente a viver em habitações improvisadas

(Bandeirinha, 2011). A queda do regime ditatorial criou a oportunidade de estabelecer um novo pacto social, permitindo a discussão de como intervir com a população pertencente à classe baixa.

A reestruturação de prioridades deu origem ao SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), como forma de combater a crise habitacional, as condições precárias de alojamento e erradicar as aglomerações de habitação improvisada, denominada de “bairros de lata” (Carreiras, 2018). A mudança de um regime ditatorial para um democrático, não significou um completo apoio e aprovação por todos os grupos sociais e entidades (Bandeirinha, 2011).

2.2 Especulação imobiliária e a intervenção do Estado

A evolução dos mercados imobiliários alimentados pela lei da procura e da oferta, mostra que a habitação, um direito e uma necessidade, não se deve valorizar por interesses consumistas e capitalistas (Esteves 2017), uma vez que estes moldam a forma de viver, chocam com os interesses das comunidades locais e promovem o individualismo. De forma a manter a necessidade de alojamento fora do mercado especulativo, é necessário haver programas de rendas controladas e maior percentagem de habitação social (Rodrigues e Silva, 2015). Apesar do Estado investir na construção de novas habitações, estas não eram suficientes para a crescente densidade populacional. Como tal, as classes baixas e médias, a maioria das famílias portuguesas, continuava incapaz de comprar habitação própria. Como resposta, o Estado optou por disponibilizar fundos de créditos para compra de habitação, não resolvendo a falta de poder económico das famílias, e incentivando à especulação de valores (Carreiras, 2018). Em acréscimo à desregulação do setor habitacional, a visão extremamente pragmática do Estado em abordar a crise de alojamento contribuiu para a construção em massa de habitações a baixo custo de construção.

Os residentes em Portugal, principalmente a classe baixa, que se encontrava nas zonas mais centrais alvo de uma maior especulação imobiliária, via-se obrigada a abandonar os bairros em que morava, incapaz de acompanhar o crescente valor monetário de aluguel ou compra. Em consequência foram quebrados os laços entre residentes que formam comunidades e as ligações destes com o local (Esteves 2017). Isto porque a classe baixa estava limitada à produção habitacional social e/ou de rendas acessíveis, que surgia através de uma quantidade reduzida de projetos, que serviam principalmente para produzir visibilidade política. Neste período, não havia qualquer impedimento legal das construções nas zonas urbanas já consolidadas serem disponibilizando a preços especulativos (Jorge, 2010). Para além dos interesses económicos dominantes, os ritmos lentos dos processos de

loteamento e permissão de construção não acompanhavam a urgente necessidade de alojamento (Jorge, 2010).

2.3 Crescimento urbano e integração social

Apesar da crescente legislação em relação ao alojamento e desenvolvimento urbano numa tentativa de crescimento saudável a partir da década de 50, surgem, em paralelo, urbanizações improvisadas à margem das normas jurídicas, com completa indiferença perante a aquisição legal de terrenos, ou permissão de construção (Jorge, 2010). Essas urbanizações que se representavam como acima referidos “bairros de lata”, vieram desde a década de 60 a ser substituídas por bairros sociais através de programas de alojamento do Estado. No entanto mantiveram-se algumas problemáticas, como o facto de se encontrarem geograficamente excluídas em zonas fora da malha urbana, sem infraestruturas públicas e sem interligações com as existentes redes de mobilidade. Esta segregação depende do facto de muitas foram construídas nos mesmos locais em que se demoliram os bairros de barracas (Bandeirinha, 2011). A pouca empregabilidade próxima dos bairros, com o acréscimo da falta de mobilidade, resulta em grandes períodos de deslocação, tornando-os em urbanizações dormitório (Rodrigues e Silva, 2015). Em paralelo mantiveram-se as exclusões sociais e os estigmas, alimentados por concentrações de população em pobreza económica (Carreiras, 2018). Carreiras sublinha que, embora os programas sociais de alojamento tenham sido criados com intenção de erradicar as barracas, os mesmos nunca tiveram a intenção de corrigir os problemas que originaram a necessidade de barracas, nem a intenção de juntar as classes baixas com as classes médias, e muito menos com as classes altas, preservando a separação e o isolamento de classes (Carreiras, 2018). Isto força as classes mais desfavorecidas a residirem em territórios sombra, em exclusão urbana e social (Carreiras, 2018). Estas consequências recorrentes da divisão e desigualdade territorial representam a fraca capacidade das propostas sociais do Estado em resolver a crise habitacional, em grande parte pela maneira como abordava o problema (Carreiras, 2018). A abordagem do Estado perante o alojamento acaba também a prejudicar as classes médias que se veem discriminadas de apoio do Estado. Nasceu um sentimento de injustiça perante as classes baixas que acentuou ainda mais a discriminação social (Carreiras, 2018). A integração urbana, a proximidade a centros urbanos e redes de transportes ou rodoviárias traduzem-se em concretas possibilidades de empregabilidade que representa a exigência crucial para proporcionar uma real integração comunitária (Carreiras, 2018). Em paralelo, a capacidade de atração que determinado bairro ou zona geográfica tiver, através de pontos de interesse, pontos de atração ou locais de lazer, influencia a capacidade de integração do mesmo (Carreiras, 2018). A morfologia do edificado também influencia a relação entre os residentes e a maneira como vivem o espaço público. Os edifícios com grande conjunto de fogos, principalmente se forem em torre, provocam o desenraizamento nos residentes, dificultam as interações, distanciam dos espaços sociais, e não são flexíveis a adaptações, provocando a perda de expressão (Rodrigues e Silva, 2015).

De forma a criar habitação de qualidade no âmbito de urbanizações sustentáveis e garantir um desenvolvimento urbano eficiente, não basta investir na configuração física do edificado, construindo abrigos impermeáveis e resistentes. É necessária uma leitura multidisciplinar da cidade, cumprindo o corpus legislativo urbanístico que ofereçam um desenvolvimento progressivo, permitindo a cidade cumprir a sua função de habitat inclusivo (Rodrigues e Silva, 2015). O alojamento tem de ter um custo ajustado ao poder de financeiro dos cidadãos, existir uma variedade de tipologias que satisfaça a composição de diferentes famílias, ao mesmo tempo que se investe no espaço público, disponibilizando infraestruturas públicas, entre os quais redes de saneamento e de energia, e sistemas de mobilidade (Bandeirinha, 2011). Para as urbanizações perdurarem é necessário que as comunidades permaneçam, garantam segurança na comunidade e permitam o desenvolvimento de cultura (Rodrigues e Silva, 2015).

2.4 O papel social do Arquiteto e o papel da população

É necessário compreender o papel do Arquiteto, quando a sua intervenção vai para além do desenho da habitação, e é requisitado para realizar desenho urbano, arquitetónico e paisagístico. Isto faz com que em vez do cliente final ser um indivíduo, este é um coletivo de cidadãos, cuja qualidade do quotidiano depende das urbanizações projetadas. O Arquiteto ao desenhar a cidade deve idealizá-la como um organismo vivo com necessidades constantes de evolução e adaptação. Isto significa que o espaço tem de ser flexível e multifuncional para integrar diferentes elementos e estes assumirem diferentes papéis. Isto permite que os seus utilizadores amadurecem um sentimento de pertença ao local, dado pela possibilidade de viver em harmonia e comunidade (Esteves 2017).

Neste sentido, o Arquiteto deve reconhecer a importância de trabalhar com o conhecimento técnico e apoio de políticos, economistas e sociólogos, uma vez que se vê obrigado a pensar o futuro da sociedade para desenhar ou repensar a cidade. Para resolver os problemas urbanos e habitacionais, é preciso uma distribuição de poder e reestruturação social, para conseguir compreender o leque de dificuldades que vivem as diferentes comunidades nas suas interações quotidianas com o meio urbano (Bandeirinha, 2011). Como tal, de forma de incluir as entidades excluídas na sociedade, é necessário reconhecê-las como indivíduos capazes de contribuir para um novo planeamento, através do reconhecimento das suas dificuldades. Para isso é necessário convidá-los a expor as suas dúvidas, preocupações, dificuldades, ambições, sugestões e prioridades (Esteves, 2017). Como sublinhado pelo, projetar para as pessoas e com as pessoas, permitiu aos arquitetos aprender sobre as realidades dos seus clientes, conhecer as insatisfações e necessidades dos utilizadores, elevando as capacidades e conhecimentos dos arquitetos, quebrando o distanciamento da utilização do cliente com o planeamento do projetista. Desde então tem se desenvolvido cada vez mais ferramentas, guiões, metodologias e incentivos, tantos financeiros como tecnológicos, para o desenvolvimento de processos que promovam a participação e divulgação da opinião dos utilizadores.

2.5 Programas de apoio à habitação

Após a revolução de 1974, começaram a surgir rapidamente reivindicações e cooperações para combater o problema da habitação nas cidades. O Estado promoveu o programa “Contratos de Desenvolvimento para Habitação”, que funcionava como uma reforma política de renda limitada. O programa garantia financiamento, isenção fiscal e garantias de compra. Os objetivos principais eram aumentar a oferta no mercado, reduzir o risco de construção e adquirir habitação social (Antunes, 2019). A consciencialização da importância do espaço edificado e não edificado na qualidade de vida da população, resultou em inúmeras propostas de reabilitação, tendo o Estado delegado a responsabilidade de intervenção aos municípios (Antunes, 2019).

Surgiram dezenas de ações populares, organizações e manifestações, marcando esta fase de mudança pela organização comunitária na população. Embora nos primeiros cinco anos após a revolta se tenha montado um grande grupo de apoios e associações, estas deixavam de conseguir avançar quando se tornava necessário investimento financeiro para os processos (Antunes, 2019). No entanto, a perseverança populacional e pressão política contínua permitiu lançar alterações legislativas na regulação dos apoios habitacionais, o que permitiu que de 1985, até 1995, se consolidasse o momento mais produtivo na construção de habitação social do país. Apesar dos apoios e dos incentivos, a habitação social construída desde 1974 até 1990 rondou 10% da construção total, não fazendo frente à procura necessária (Antunes, 2019). Como grande parte dos incentivos financeiros funcionaram através de créditos, a partir do início da década de 80 concluiu-se que a maioria dos apoios à habitação estavam a ser utilizados por classes médias, uma vez que os empréstimos não eram concedidos à classe baixa. Isto resultou em que as entidades de apoio procurassem especular os valores dos juros e das habitações como forma de obter lucros (Antunes, 2019).

2.5.1 SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)

SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) foi constituído em conjunto, pelo Ministro da administração interna, Costa Braz, e pelo Secretário da Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, em 31 de julho de 1974. Surge do interesse pela reabilitação e evolução urbana, como um projeto piloto multidisciplinar para responder à crise habitacional existente (Rodrigues e Silva, 2015). O programa pretendeu desencadear um projeto democrático e descentralizado, que através de equipas de ação, permitisse reduzir os tempos burocráticos dos processos de intervenção e elevar a qualidade das habitações a intervir. Através de equipas de arquitetos com uma visão social, preocupados em elevar a qualidade de vida dos residentes, procurava preservar as relações interpessoais e o sentimento de

pertença ao local, incluindo os moradores como parceiros das equipas técnicas e apelando ao diálogo regular com os residentes, evitando realojamentos forçados e/ou separações de comunidades. Para isso o programa ambicionou atualizar os bairros às vivências da sua época, como a exigência de luz natural, circulação de ar e a preocupação social nas limitações físicas de moradores (Rodrigues e Silva, 2015). Em contraste à metodologia até à época, que priorizava a preparação de estudos para poder executar, os processos SAAL propunham agir enquanto se faziam os estudos de intervenção, obtendo feedback dos residentes durante o processo.

O projeto SAAL durou dois anos como uma frente de intervenção independente desde que foi inaugurado em 1974, até 1976, quando este passou a ser responsabilidade das Autarquias e houve uma mudança radical na metodologia de financiamento. Durante a sua breve existência, os projetos no âmbito do SAAL sofreram constantes ataques políticos, cortes de financiamento e difamações. No entanto, a perseverança e dedicação das equipas técnicas e dos residentes, resulta como forma de lutar por condições de habitação e união de comunidades (Rodrigues e Silva, 2015). Tanto o esforço das equipas técnicas como dos residentes, permitiu avançar significativamente em urbanizações e criar impacto na forma de projetar arquitetura social em Portugal (Bandeirinha, 2011). Com a integração das comunidades e a continuidade dos processos, foi-se revelando que o feedback dos moradores, a peça fundamental da intenção na inclusão, carecia de críticas e fundamentos, uma vez que em comparação com as realidades que conheciam, as propostas apresentadas pelos arquitetos eram, de forma geral, automaticamente aprovadas sem discussões (Bandeirinha, 2011). O projeto rapidamente foi visto como a oportunidade de criar condições de alojamento, tornando-se a ponte institucional onde a população depositava a esperança. Ao longo do país crescia de forma exponencial a aderência aos ideais SAAL, disparando o número de bairros e comunidades a criar convites de intervenção. A necessidade de criar equipas de técnicos obrigou a reestruturar o tipo de trabalho e os métodos de intervenção. Foram constituídas equipas intermedias de organização na hierarquia e foram estabelecidos novos e mais completos processos burocráticos. Com isso, os processos SAAL começaram a tornar-se demorados ou desleixados, requerendo revisões e aprovações entre todas as partes intervenientes, entre os próprios órgãos administrativos e posteriormente com as equipas de construção. Tornou-se prioritário para cada equipa avançar com a sua parte de forma de salvaguardar o seu financiamento, perdendo a ligação ao propósito social e prejudicando a coordenação entre equipas e a qualidade do projeto (Bandeirinha, 2011). Como consequência da falta de concordância entre as entidades responsáveis, a grande maioria dos projetos sofreu atrasos e alterações que criaram um sentimento de traição, abandono, e desacreditação da concretização (Rodrigues e Silva, 2015).

Em resposta à nova carência de resposta a tantos pedidos surgiu a ideia de documentar os processos de autoconstrução, estabelecendo guias de intervenção, a uma escala tao aproximada que qualquer entidade, inclusive os próprios habitantes, tivesse a capacidade de construir (Bandeirinha, 2011). No entanto a especificidade e multiplicidade de cada problemática dificultou a identificação de soluções globais que abordssem ao detalhe todas as necessidades. Em acréscimo, com a integração dos técnicos de intervenção e conseqüentemente a aproximação dos residentes, era recorrente o sentimento de impotência e insatisfação pela incapacidade de ajudar diretamente as pessoas. Em paralelo, com os ataques políticos, o acréscimo de custos de funcionamento e a redução de financiamento, o projeto foi perdendo a sua estrutura e resistência.

Rodrigues e Silva (2015) salientam que, embora se aborde a comunidade como um todo que trabalha em conjunto para resolver um problema coletivo, existem individualismos e imposições de egos entre residentes, provocando a desorganização, tendo tido os membros SAAL um papel crucial de saber gerir os moradores e garantir o funcionamento dos planos. Os residentes, que ao não verem a concretização das obras, assumem que o trabalho não avança e que por isso está a ser um desperdício de dedicação, desconhecendo a totalidade dos esforços (Rodrigues e Silva, 2015).

Parte dos projetos estagnaram quando as Autarquias requisitaram que os fundos para continuar com o desenvolvimento dos projetos viesse dos moradores. Dada a incapacidade económica das comunidades, surgiram por parte de instituições privadas e públicas, fundos de crédito para quem quisesse prosseguir, que obrigavam a uma continua e longa divida económica sob o risco de verem o seu investimento perdido no incumprimento de pagamento, e destruindo o propósito das habitações sociais (Bandeirinha, 2011). No entanto, as equipas técnicas continuaram a avançar, dentro dos possíveis, com os projetos *in loco*, enquanto as equipas administrativas refutavam novos processos de gestão e expunham publicamente as injustiças sociais. Realçando a exploração em que se encontravam quem dependesse das propostas de autoconstrução, que ao não terem acompanhamento nem experiência, estavam isentos de fiscalização e conseqüentemente propícios a edificado problemático e com rápida degradação (Bandeirinha, 2011). Dado o continuo combate e descontentamento perante as novas metodologias de gerência, os técnicos foram sendo despedidos, removendo vários elementos-chave na estrutura SAAL, perdendo por completo as suas fundações e ruindo. (Bandeirinha, 2011). No entanto, a intenção do SAAL e a esperança criada nos moradores não foi esquecida, marcando uma geração de arquitetos, que ao participarem ativamente no terreno no início das suas carreiras, preservaram a mesma mentalidade inclusiva e social. O tema SAAL tornou-se um ponto chave em reuniões e publicações sobre arquitetura social, tendo reformulado o papel do Arquiteto e realçado o seu impacto político. Em paralelo mudou a forma de projetar arquitetura, aumentando o

desejo de envolver o cliente, seja ele um indevido ou conjunto de residentes, para projetos privados ou sociais (Bandeirinha, 2011).

2.5.2 Breve análise de projetos de realojamentos: PIMP (Plano de Intervenção a Médio Prazo) e PER (Programa Especial de Realojamento)

O PIMP (Plano de Intervenção a Médio Prazo) foi oficializado em 1987, mas vindo a ser organizado e executado desde o início da década de 80. Teve como objetivo a concretização de quase dez mil fogos, antes de ser desmantelado seis anos depois, em 1997.

Este programa não priorizava a importância da qualidade dos alojamentos, focando-se em resultados quantitativos (Cachado, 2012). Foi com intenção de evolução e correção que foi publicado em 1993 o PER (Programa Especial de Realojamento), que previa a concessão de apoio financeiro aos municípios para a construção ou aquisição de habitações, e correção dos problemas qualitativos do PIMP. O PER surge como uma resposta política de continuação face ao problema de bairros degradados e improvisados. O novo programa surgiu com a ambição de criar aproximadamente cinquenta mil habitações em Portugal, incluindo as que ficaram por resolver do PIMP. Montado para garantir resultados rápidos e visíveis, apesar da lentidão burocrática inerente. Infelizmente, preservou a vertente pragmática e metodologia de intervenção, apesar de reconhecer ser necessária uma intervenção mais centrada no indivíduo e nas suas necessidades. Continuou a colocar em segundo plano a qualidade de vida dos seus participantes, preferindo construir em grande escala, apostando na rentabilidade económica, e realojamentos em massa.

As bases de dados eram fechadas, não sendo possível adicionar famílias durante o processo, nomeadamente excluindo famílias que surgissem ou não tivessem sido identificadas na proposta inicial. Durante o processo, com várias famílias a quererem adquirir permanente habitação própria, foi criado em 1996 o PER-Famílias com a intenção de apoiar financeiramente essas famílias e libertar o sufocado programa habitacional (Costa e Subtil, 2013). A essas famílias o PER-Famílias financiava 60% da habitação a adquirir, surgindo como bastante aliciante. No entanto o programa não teve aderência pela falta de conhecimento técnico dos agregados familiares para desencadear um processo de aquisição de habitação, e o financiamento destinar-se a habitações fora de Lisboa, fazendo com que os residentes preferissem viver em habitações municipais atribuídas (Costa e Subtil, 2013). Tanto o PIMP como o PER eram geridos pelo Gabinete Técnico Habitacional, responsável pelo desenvolvimento de estudos urbanos, estudos financeiros e gestão económica de empréstimos.

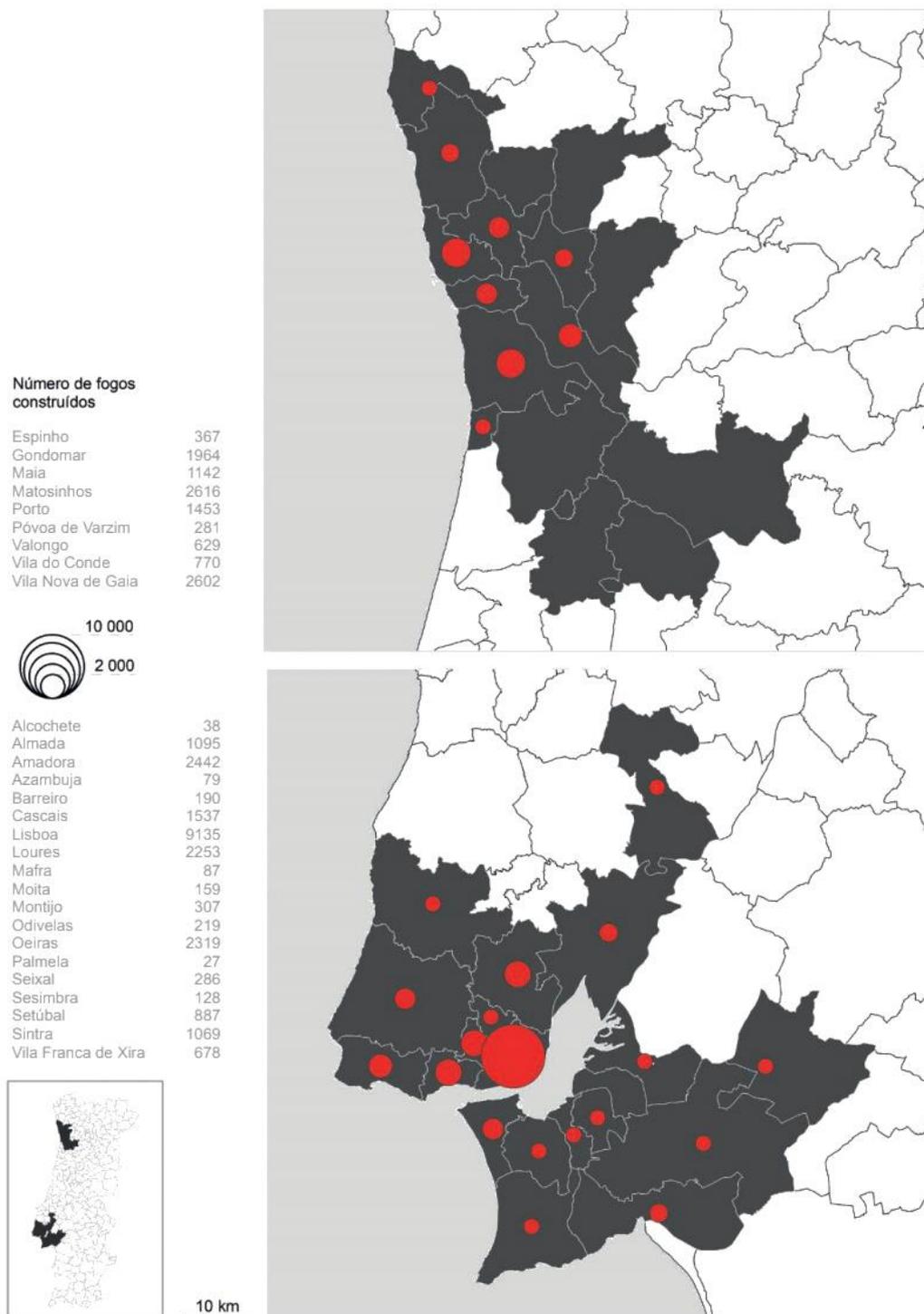


Figura 1 – Número de fogos construídos, por concelho, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (Fonte: Antunes, 2019)

3 Loures

A explosão urbana gerou na Área Metropolitana de Lisboa (AML) um tecido fragmentado, baseado numa estrutura rural pré-existente, sustentada por uma rede de infraestruturas de mobilidade que

muitas vezes ultrapassam a escala regional, integrando um conjunto de questões que influenciam o setor habitacional. Após a saturação populacional em Lisboa que disparou em 1950, a grande massa populacional que se encontrava ainda insatisfeita com as suas condições de habitação, começou a se expandir ao longo dos eixos de mobilidade principais que se ramificavam para fora de Lisboa, priorizando a proximidade a zonas industriais, criando assim subúrbios em zonas ainda rurais (Jorge, 2010). A organização do contexto metropolitano tem vindo a modificar-se, devido aos investimentos significativos nos sistemas de mobilidade de transportes e transformações administrativas (CMLoures, 2021a). O pico coletivo de necessidade de alojamento fez com que se priorizasse a rapidez de acesso ao edificado em detrimento da qualidade e longevidade, criando comunidades limitadas à sobrevivência, estreitamente dependentes das oportunidades existentes e obrigadas a rotinas de excesso de produção (Esteves 2017), onde o valor humano é equiparado a mão de obra consumível e de baixo valor.

Surge durante a década de 60 um crescimento populacional em Loures, a Norte de Lisboa (Tabela 1), que até à data se encontrava fortemente dividido pelas inclinações topográficas e concentrado junto a acessos principais a Lisboa.

Tabela 1 – Evolução do número de residentes no distrito de Lisboa e em Loures entre 1950 e 2011 (Fonte: CMLoures, 2021)

		1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Distrito de Lisboa	N.º	1.216.125	1.382.555	1.568.020	2.069.467	2.052.787	2.136.013	2.250.533
	Var. (%)	N/A	+13,7%	+13,4%	+32,0%	-0,8%	+4,1%	+5,4%
Loures	N.º	50.440	102.124	166.167	276.467	322.158	199.059	205.054
	Var. (%)	N/A	+102,5%	+62,7%	+66,4%	+16,5%	-38,2%	+3,0%

O terreno teve uma primeira fase de expansão em massa após as comunidades carenciadas em “bairros de lata e barracas” terem sido expulsas do centro metropolitano pelos programas de apoio social que prometiam erradicar a habitação em barracas, mas sem garantir alternativas. No entanto, o Estado Português já tinha criado em Loures um conjunto de bairros sociais dispersos antes de 1974. Apesar do aumento gradual de alojamentos familiares clássicos no município, foram-se constituindo, ao longo dos anos, bolsas de habitação informal que constituíram bairros de condições precárias no território de Loures. O edificado surgiu através da ocupação de terrenos, públicos, militares e privados, com a intenção de os lotear para por sua vez criar edificado. Como foi o caso do terreno do Bairro das Coroas A, adjacente ao Bairro da Parcela 6. Os negócios eram feitos entre conhecidos, com acordos

informais e muitos residentes alinharam na esperança de obter melhor qualidade de vida tendo um grande número deles sido enganados com contratos e documentos falsos (Jorge, 2010). As construções foram desenhadas pelos próprios, com ou sem conhecimentos, muitas das vezes através de entreajudas, havendo em certos bairros a intervenção informal na construção de várias habitações por parte de um Arquiteto ou Engenheiro local. A falta de planeamento urbano e redes de infraestruturas básicas, fez com que muitos dos lotes vendidos não tivessem acesso ao consumo de água, eletricidade ou redes de saneamento. Isto provocou acordos paralelos entre vizinhos, para acessos a poços privados e partilha de energia (Jorge, 2010). No entanto, a maioria dos terrenos, loteamentos e edificação de construções que surgiram foram financiadas e iniciadas por empresas imobiliárias e/ou entidades privadas, com intenção de vender ou alugar, tanto legal como ilegal, moldando assim a expansão territorial. Como forma de aceitação social da expansão habitacional improvisada, o Estado e os meios de comunicação espalharam a imagem que esta expansão acontecia para residência própria (Jorge, 2010).

Em 1974, o trabalho desenvolvido pelo FFH (Fundo de Fomento da Habitação) foi complementado pelo lançamento das Cooperativas de Habitação Económica, através de um conjunto significativo de casas construídas ao abrigo do SAAL, que constituiu a mobilização das populações locais no esforço de resolução do défice de habitação condigna e acessível (CMLoures, 2021a). Como tal, em 1980 a Câmara Municipal de Loures decidiu intervir de forma ativa no controlo e recuperação dos terrenos ilegais, criando o “Gabinete dos Clandestinos”, montando especificamente para a gestão territorial e reconversão dos bairros que se haviam montado ilegalmente, com a intenção de equilibrar a massa edificada com equipamentos, infraestruturas, habitação digna, serviços, e integração urbana. O plano consistia em a Câmara Municipal de Loures definir os planos urbanos, as condições de expansão e avaliar as propostas, enquanto a equipa de técnicos do “Gabinete dos Clandestinos” trabalhava em parceria com as entidades locais, supervisionando-as, gerindo-as e apoiando financeiramente, de forma a pudessem contratar equipas de trabalho, arranjar equipamento e materiais, adquirissem terrenos e concretizassem obras de conciliação urbana (Jorge, 2010). No entanto também havia a necessidade de acompanhar as obras que já se encontravam em andamento, assim como era crucial impedir o surgimento de novas construções ilegais (Jorge, 2010). O processo decorreu com a distribuição de informação sobre os riscos de avançar ou adquirir núcleos habitacionais ou terrenos não legalizados, assim como a aquisição dos projetos em andamento que fossem identificados a quebrar as condições impostas. A ideia era garantir uma expansão planeada que permitisse um melhoramento significativo da vida da população, ao mesmo tempo que se evita as demolições de projetos, o que só atrasaria a evolução e colocava custos desnecessários (Jorge, 2010). Com isso a Câmara deu abertura para que as comunidades dos bairros estruturados se organizassem e

formalizassem, de forma a negociar condições de integração nas redes públicas. Em troca os residentes ficavam responsáveis de construir equipamentos sociais e infraestruturas públicas, como escolas, mercados, parques e pavilhões. Nesta fase os residentes realçam a interajuda, o sentimento de partilha e integração, assim como, o sentido de orgulho em terem levantado os seus bairros (Jorge, 2010). Durante esse período Loures tornou-se o Município mais estruturado e organizado da Área Metropolitana de Lisboa. (Jorge, 2010). Apesar das intervenções dos “clandestinos” e da Câmara Municipal de Loures referidas acima o território já se encontrava moldado pela malha urbana ilegal gerada pela construção desregulada, impedindo tratamentos topográficos, e a inserção livre e arrumada de infraestruturas, tendo se limitado e preservado os eixos já existentes, como a Estrada Militar, a Rua da Fonte e a Avenida das Forças Armadas (Jorge, 2010).

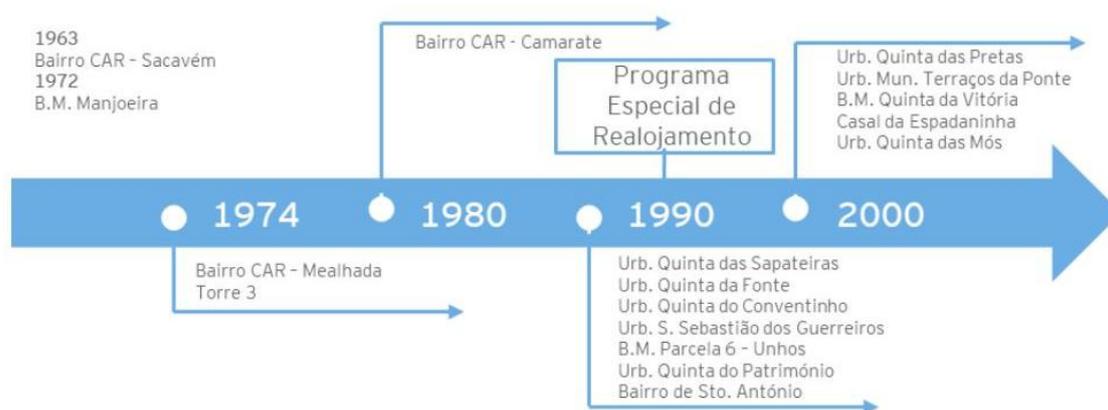


Figura 2 – Linha temporal da atuação de bairros de habitação pública em Loures (Fonte: CMLoures, 2021)

No entanto, a concretização de habitação social no concelho até à década de 1990 foi pouco expressiva, tendo em 2000 ganho uma nova fase abordagem e fase de atuação orientada pela administração local. Foi nesse conjunto de anos, 1990 até início de 2000, que o Município de Loures realizou o maior número de habitação social atualmente disponível. O município de Loures assumiu, em 1995, como forma de responder ao desafio de alojamento e se alinhar com o PER, o realojamento de mais de três mil agregados familiares em fogos de habitação social (CMLoures, 2021a).

Tabela 2 – Distribuição dos alojamentos e correspondentes tipologias por bairro no Município de Loures (Fonte: CMLoures, 2021)

Freguesia	Bairro	Nº de Aloj.	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6
Loures	Bairro CAR - Mealhada	5	0	0	0	5	0	0	0
	Barro	36	2	0	17	13	2	0	0
	Quinta das Sapateiras	204	0	4	86	106	0	0	0
	S. Sebastião de Guerreiros	81	0	0	41	31	0	2	0
UF Camarate, Unhos e Apelação	Bairro CAR - Camarate	94	6	31	36	16	5	0	0
	Bairro de Santo António	79	0	0	49	24	0	0	0
	Bairro Municipal Parcela 6	102	0	0	49	49	0	0	0
	Quinta da Fonte	622	0	0	263	291	0	0	14
	Quinta das Mós	236	12	15	83	72	24	4	0

No município de Loures a união de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação conta com 43% da habitação social total. Sendo uma união de freguesias habitada principalmente por grupos familiares clássicos, em que um decimo das famílias em situação social é de descendência estrangeira (CMLoures, 2021a). Das famílias estrangeiras residentes no município, um terço é descendente de Angola, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe. Em paralelo o Grupo de Trabalho Municipal realça também a forte presença de famílias de etnia cigana. A existência de núcleos de familiares imigrantes fixas no território facilita o acolhimento de novas famílias, mas também gera problemas de sobrelotação ou até mesmo habitação precária, pela dimensão do agregado familiar em relação à tipologia da habitação. Ciente desta realidade, o município tem apostado numa política de integração. Sendo que em 2018, duas décadas depois do lançamento do PER, Loures era um dos cinco municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) que continuava a executar o programa e realojamentos (CMLoures, 2021a).

O desenvolvimento urbano em Loures tem se focado maioritariamente no desenvolvimento de eixos intercidade, de modo a se ligar a mais núcleos urbanos e criar oportunidades de emprego. Embora facilite a mobilidade a grandes distâncias, a presença pesada das vias divide o território, provocando descontinuidade local e segregando, principalmente nas zonas no interior do município com menos acesso (Serdoura e Almeida, 2012). A facilidade em percorrer grandes distâncias resultado do metabolismo urbano, provocou uma procura por habitação nos subúrbios, alimentada pela impossibilidade de habitações a preços acessíveis nos centros metropolitanos (Matos, 2018). Em resultado, Loures tem se vindo a desenvolver como um município dormitório que cresce em torno das

vias que o percorrem, criando núcleos urbanos residenciais. Com base nos censos de 2011, é possível identificar uma grande dependência de deslocação para centros urbanos que ofereçam empregabilidade, destacando-se a metrópole de Lisboa na esmagadora maioria, com 37% da população de Loures. Esta desassociação com o local de residência dificultam o processo de integração social e enraizamento da população. Em paralelo, devido à reduzida oferta de transportes públicos intermunicípios, que permitam unir Loures com os principais centros urbanos de forma direta e regular, existe uma grande dependência pelo veículo privado, resultando numa dependência economia (Serdoura e Almeida, 2012).

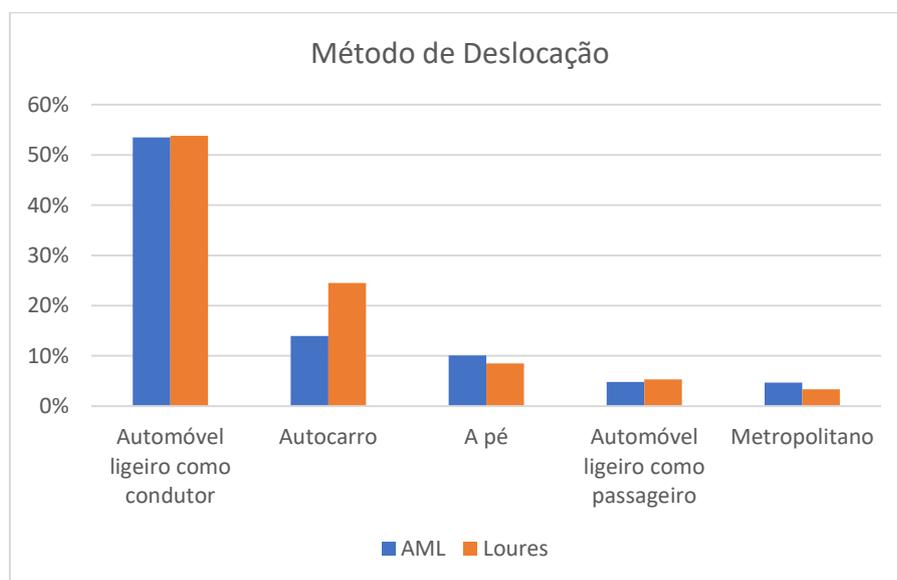


Figura 3 – Principais métodos de deslocação para residentes da AML e Loures, adaptado pelo autor (Fonte: Censos 2011)



Figura 4 – Distribuição dos residentes de Loures pelos municípios com maior empregabilidade, produzido pelo autor (Fonte: Censos 2011)

3.1 Planeamento municipal em Loures e impactos

A revisão sobre o Plano Diretor Municipal (PDM) atual, lançado a 18 junho de 2015, foi avançada a 2019 com a toma de posse de Tiago Matias, Vereador da Câmara Municipal de Loures no fim de 2018. O programa foca-se em resolver os problemas de gestão urbana, integração social e territorial, e reforço socioeconómico da população (CMLoures, 2021). Para isso destaca o interesse em elevar a qualidade de vida e saúde dos residentes, tanto a nível social como habitacional, acentuando a importância em recuperar áreas degradadas. Em paralelo ambiciona aumentar a empregabilidade, através de incentivos a empresas locais e reforçando as redes de transporte a zonas chave fora do município. Pretende também melhorar as redes de ensino escolar e as ofertas de formação (CMLoures,

2015). Inclui na sua proposta a intervenção e reavaliação das áreas degradadas, das carências habitacionais, e eficiência das redes de transporte, em ciclos de cinco anos. Realça a importância do acompanhamento social e económico nos residentes através de reavaliações e delineamentos de novas estratégias de forma anual. Destaca como ponto de intervenção isolado a importância em garantir abastecimento de água potável e saneamento para todos os habitantes, revendo a situação anualmente. Para isso inclui no seu processo, através de reuniões públicas, questionários e linhas de comunicação, a participação dos munícipes, convidando-os a partilhar a sua opinião e sugestões de assuntos que pretendam ver incorporados (CMLoures, 2019). A Câmara de Loures reserva-se na liberdade interagir em zonas urbanas já consolidadas, em prol de melhorar a qualidade do local, por iniciativa própria ou a pedido dos residentes. Essas intervenções podem ser demolições de edificado, substituição e/ou recuperação, priorizando e preferindo sempre que possível, a reabilitação de edificado já existente. Em acréscimo descreve que se a pertinência de intervenção for a pedido dos residentes, estes estão responsáveis pela totalidade ou parcialidade dos custos (CMLoures, 2021).

O PDM é acompanhado de programas, cartas e planos de detalhe que especificam as medidas para obtenção das ambições descritas (CMLoures, 2021). Apesar do PDM ter um prazo de 480 dias os residentes têm um reduzido prazo de 30 dias, desde o momento que são divulgados os temas abertos a discussão pública, para analisar, estudar e apresentar as suas intervenções (CMLoures, 2019). Foi atribuído à Divisão de Planeamento e Reabilitação Urbana e ao Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística a responsabilidade de garantir o processo de comunicação e interação com os residentes (Diário da República, 2019). As expansões territoriais e intervenções futuras, preveem a inclusão de redes de deslocação, prevendo a necessidade de absorção do aumento de tráfego (CMLoures, 2021).

O PDM identifica o território de Unhos, freguesia onde se situa o bairro da Parcela 6 estudado neste trabalho, no Nível 3, em 6, de prioridade de intervenção na distribuição de recursos e financiamentos. No entanto descreve a união de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação como a que tem maior incidência municipal, reconhecendo a existência de fogos municipais em condições de habitação indignas, destacando o Bairro da Parcela 6 como um dos bairros com maior carência de intervenção (CMLoures, 2021). Dividindo por zonas, o território de Unhos é considerado na parte Oriental, enquadrando-se nas regras de intervenção da UOPG E, e na SUOPG 14, dentro da UOPG B, em relação à várzea e toda a área costeira. A UOPG E foca-se no reequilíbrio da densidade residencial e recuperação urbana; reforço das redes de equipamentos e transportes como afirmação dos núcleos centrais; Dinamismo económico. Em acréscimo a SUOPG 14 pretende a integração territorial da várzea

e zonas costeiras, acessibilidade com transportes públicos e criação de polos habitacionais. (CMLoures, 2021)

Da década de 1960 a 1980 houve um crescimento exponencial da população residente na Freguesia de Unhos (Figura 4), o que provocou um crescimento urbano acelerado e desregulado. O crescimento surgiu maioritariamente junto às vias de circulação existentes que permitiam os moradores deslocarem-se a Lisboa, como a Estrada Militar. (Jorge, 2010). Devido a uma topografia bastante acidentada e a falta de ligação direta às vias principais de circulação (como as autoestradas A8, A30, A36, A1, IP7; A nacional N250; ou a Linha férrea da Azambuja), Unhos resultou num território com o tecido urbano isolado e fragmentado, albergando pequenos núcleos independentes (Serdoura e Almeida, 2012).

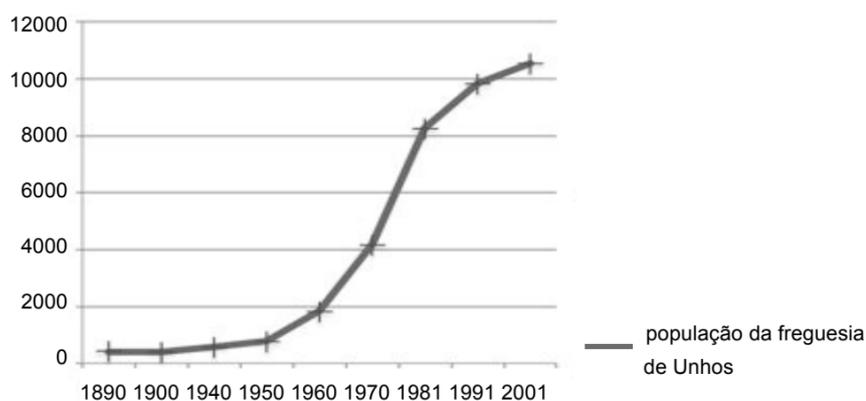


Figura 5 – Gráfico da população habitacional em Unhos (Fonte: Jorge, 2010, pág. 60)

Como consequência deste rápido crescimento, a expansão do território não foi planeada, não tendo estudos territoriais nem planeamento urbano. Dado que a preocupação principal era a construção e acesso a alojamento, não houve uma preocupação em integrar as habitações com infraestruturas e equipamentos públicos (Jorge, 2010). A situação captou a atenção da intervenção na reestruturação urbana dos Projetos SAAL, que com recurso a projetos participativos, sugeriram um planeamento urbano para o local onde se situa o atual bairro da Parcela 6, integrado com o bairro adjacente, o Bairro das Coroas, já na altura edificado ilegalmente. A Câmara Municipal de Loures aderiu também ao Programa Especial de Realojamento (PER), como forma de dar resposta a falta de expansão equilibrada no território de Unhos, propondo a recuperação dos bairros clandestinos e planeamentos de organização e evolução para as áreas suscetíveis de expansão urbana, garantindo um desenvolvimento organizado (Jorge, 2010).

3.2 Bairro da Parcela 6

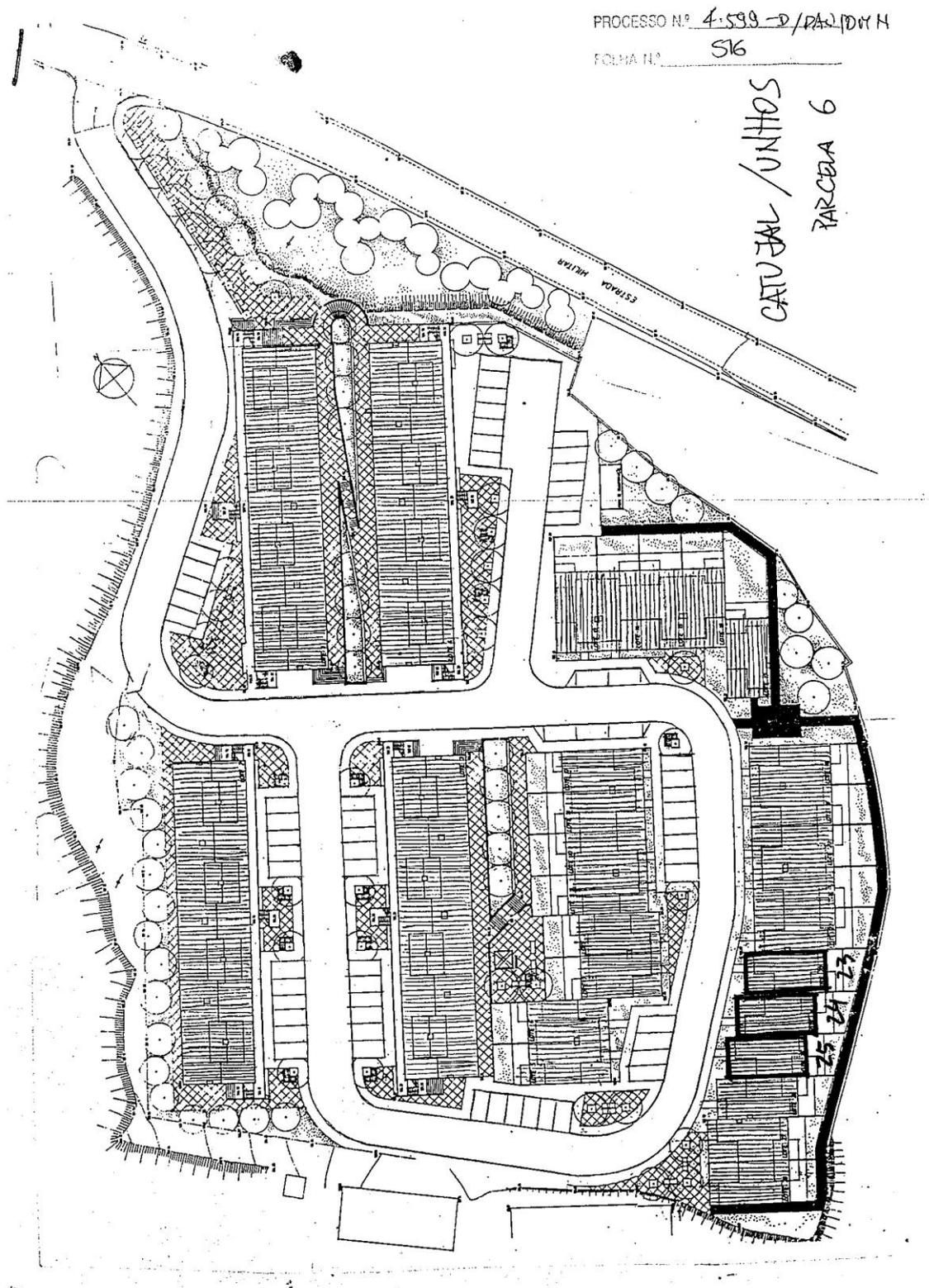


Figura 6 – Planta de proposta original do Bairro da Parcela 6 (Fonte: CMLoures)

Os primeiros planeamentos de edificado para o território da Parcela 6 aparecem a meio da década de 70 com a intervenção SAAL, numa tentativa de organizar a, já em movimento, expansão territorial. No entanto o projeto não teve seguimento devido às alterações administrativas no SAAL identificadas no capítulo 3.3, tendo ficado o projeto arquivado enquanto continuava a expansão clandestina do Bairro das Coroas A. No entanto, durante a década de 80, sob domínio do Programa Especial de Realojamento (PER), é proposta uma organização do território, que embora tenha como base a proposta SAAL, exclui a intervenção no já consolidado bairro das Coroas A. O Bairro da Parcela 6 (Figura 5) surge como um conjunto habitacional de promoção pública, para realojar famílias residentes em áreas de ocupação e construção ilegal, e em risco de inundação por causa das cheias (Jorge, 2010).



Figura 7 – Plano habitacional para o território urbano do Bairro da Parcela 6 e adjacentes, adaptado pelo autor (Fonte: Gestual)

O Bairro municipal da Parcela 6, cuja construção se iniciou durante a década de 80, está localizado nos limites da cidade de Lisboa, a Norte. A proposta de intervenção foi promovida pela Câmara Municipal de Loures, projetado pelos Arquitetos Carlos Carvalho, Manuel Teles e Paulo Figueiredo. O bairro é caracterizado por ser um bairro social e multicultural, mas é excluído dos principais sistemas de acessos e urbanizações, carecendo de serviços, transportes e espaços públicos requalificados para garantir o bem-estar, o lazer, e a permanência dos indivíduos no lugar.



Figura 8 – Fotografia aérea do Bairro da Parcela 6 ($38^{\circ}49'21.8''N$ $9^{\circ}07'37.1''W$), adaptado pelo autor (Fonte: DGT)

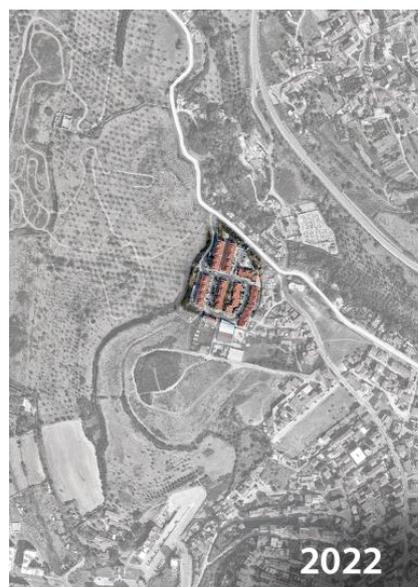


Figura 9 – Fotografia aérea do Bairro da Parcela 6 ($38^{\circ}49'21.8''N$ $9^{\circ}07'37.1''W$), adaptado pelo autor (Fonte: DGT)

3.2.1 Breve análise das fases de construção do Bairro da Parcela 6

A construção do bairro foi dividida em 3 fases:

A primeira fase, representada na Figura 9, corresponde a 16 moradias unifamiliares projetadas em 1985, que tinham o objetivo de realojar a população proveniente do Bairro Poço da Praia. Estes moradores tiveram de se deslocar devido à necessidade de utilização dos terrenos, por parte do Estado, para a construção da linha férrea do Comboio Alfa Pendular, que na altura ia ligar apenas Lisboa e Porto.



Figura 10 – Representação do primeiro conjunto de moradias do Bairro da Parcela 6 a serem construídas em 1985, produzido pelo autor

A segunda fase de construção (Figura 10), contou com a construção de mais 8 moradias unifamiliares, realojando famílias de Moscavide, também elas pelas escassas condições de alojamento. A construção das moradias refletiu a promoção cooperativa entre moradores e a Camara Municipal de Loures, no qual os moradores optavam entre contribuir para a construção e obras de acabamentos da própria habitação, ou financiar a mão de obra necessária.

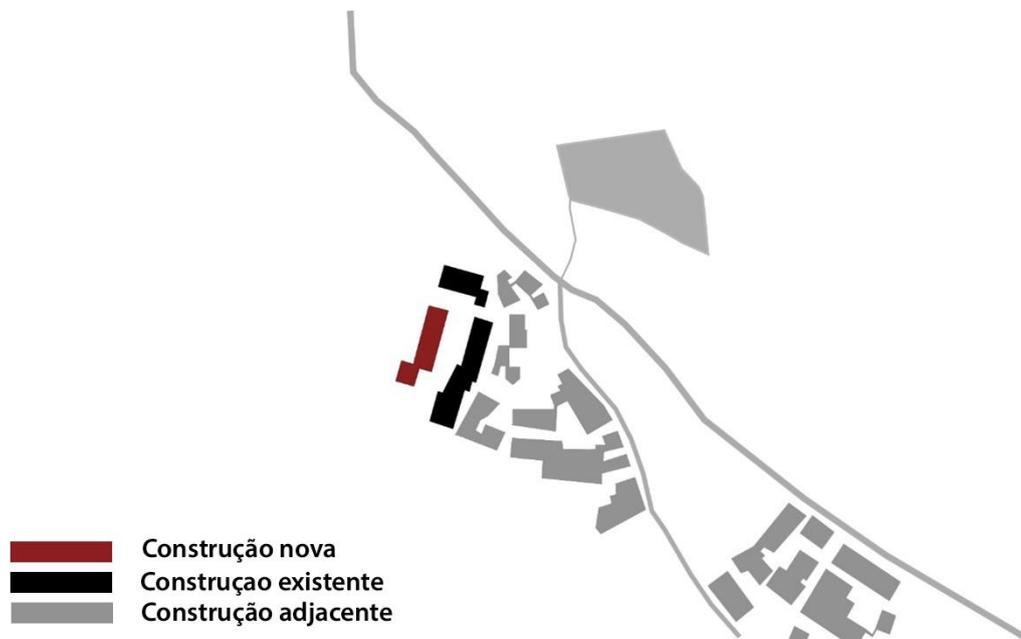


Figura 11 - Representação do segundo conjunto de moradias a serem construídas em 1988, produzido pelo autor

A terceira fase (Figura 11) envolve a construção de quatro blocos de apartamentos, com um total de 80 fogos unifamiliares, com tipologias T2 e T3. Estes fogos foram desenhados para realojar famílias, provenientes de vários pontos de Loures, maioritariamente de bairros de génese ilegal, em processo de candidatura.

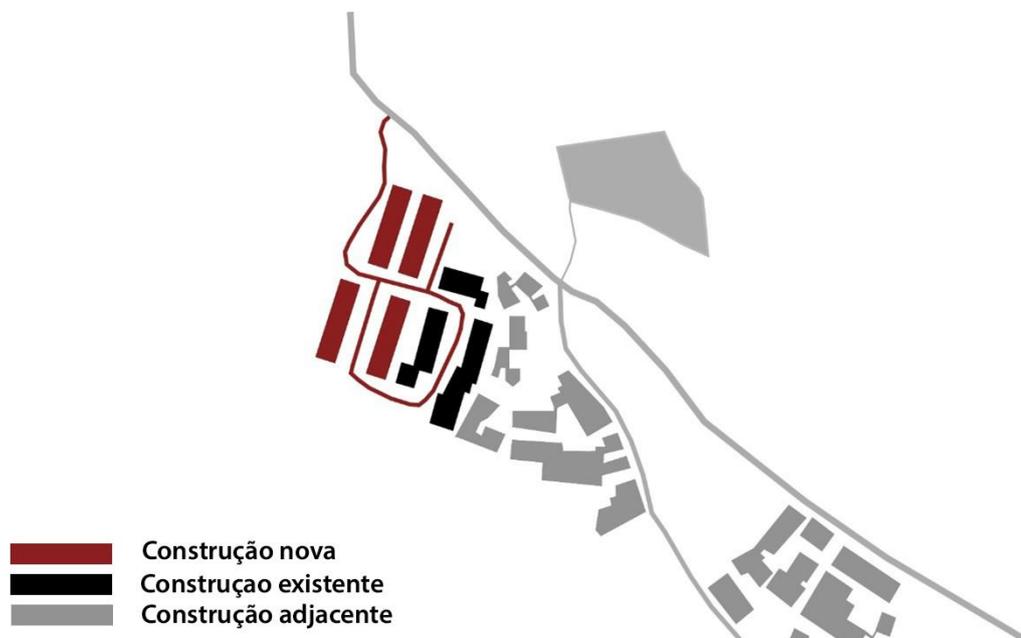


Figura 12 - Representação do conjunto edificado e sistema viário, a ser construídos em 1995, produzido pelo autor

O território do Bairro da Parcela 6 representa um conjunto de distintas intervenções e ensaios urbanísticos ocorridos entre a década de 70 e 90, pelo que sintetiza o estilo praticado na época, a experimentação volumétrica de diferentes soluções urbanas e uma resposta ao problema da densidade populacional e as precárias condições habitacionais em que vivia a classe baixa.



Figura 13 – Corte longitudinal pelo Bairro da Parcela 6, produzido pelo autor

3.2.2 Espaço público exterior

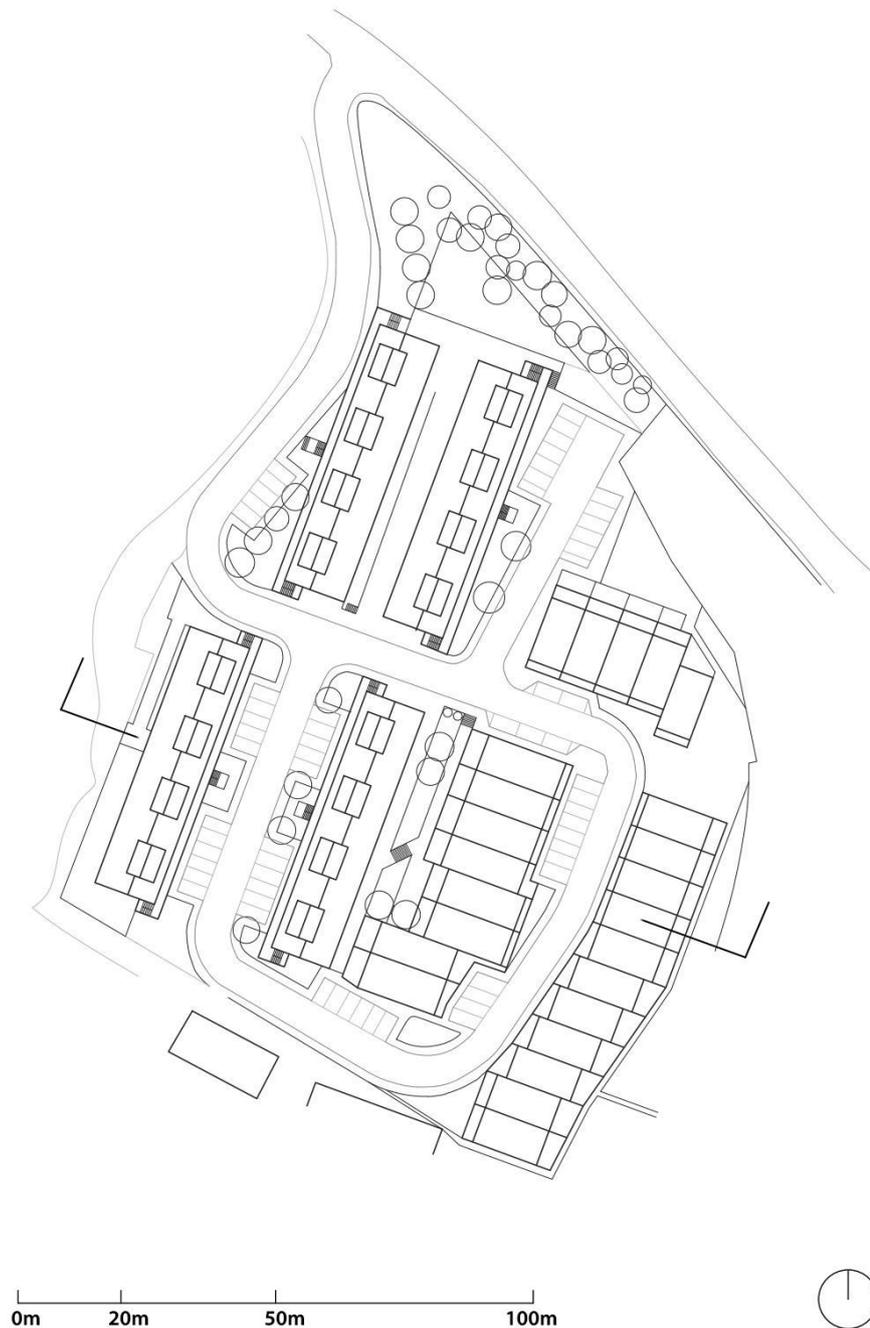


Figura 14 – Planta atual do Bairro da Parcela 6, produzido pelo autor (Fonte: CMLoures)

A análise comparativa do projeto original e da situação atual para o Bairro da Parcela 6 revela que havia sido desenhado uma maior área dedicada ao espaço público, zonas ajardinadas e maior mobilidade pedonal (Figuras 15 e 16). O desenho das escadas e o sistema de acessos permitia uma

maior mobilidade e interligação no bairro, evitando zonas de acumulação de lixo, zonas segregadas, e zonas inseguras. Contudo, no caso dos apartamentos, a quantidade de acessos verticais às galerias, tal como os desníveis na via pública, tornavam-se excessivos.

No projeto executado, a redução do número de escadas, que enfrentavam diferenças de níveis e de espaços ajardinados, refletia ajustes orçamentais do projeto, tendo em conta os custos de execução e a necessidade de reduzir os custos para manutenção a medio e longo prazo.

Em paralelo, foi acrescentado um acesso pedestre e automóvel que permite o acesso à escola e ao café, na extremidade poente do bairro, e a pavimentação do talude na extremidade Norte, para a criação de um parque infantil. Ainda referente ao espaço público, a área do lote das moradias foi expandida, pela apropriação das zonas ajardinadas inicialmente públicas diante das entradas das mesmas. Em paralelo, houve a apropriação informal do espaço interior que separa as moradias dos apartamentos, conforme a Figura 14 que mesmo não sendo vedado, é claro o sentimento de invasão.



Figura 15 – Ocupação do espaço público exterior na Parcela 6 pelos moradores (05/01/2022) (Fonte: autor)

O espaço que sofreu uma maior alteração foi a passagem estreita pedonal de acesso à extremidade Norte do bairro (Figuras 15 e 16). Foram removidas as escadas de acessos assim como a

zona ajardinada. Isso dificultou a acessibilidade devido à diferença topográfica, contribuindo para a segregação dos percursos pedonais e desvalorizando os espaços exteriores adjacentes.



Figura 16 – Destaque de elementos (em amarelo) que foram não concretizados conforme a proposta inicial, produzido pelo autor.



0m 20m 50m 100m



Figura 17 – Destaque de elementos (em vermelho) que foram concretizados diferente da proposta inicial, produzido pelo autor

3.2.3 Sistema de circulação no bairro da Parcela 6

Embora o bairro contenha pouco mais de cem habitações unifamiliares, foi desenhado destacando a prioridade dos percursos de automóvel, através do desenho de espaços de circulação largos (com duas faixas de rodagem) e espaços para os estacionamento que percorrem todo o bairro. O estacionamento projetado tornou-se insuficiente para a comunidade do bairro ao longo do tempo, contribuindo ao estacionamento abusivo. Neste sentido, o fluxo dos moradores é influenciado pela ocupação planeada ou abusiva dos lugares de estacionamento (Figuras 17 e 18). Este conjunto de condicionantes, faz com que os residentes optem por circular na estrada, tornando-a num percurso partilhado entre pedestre e veículos, tanto para circular como atividades de lazer.

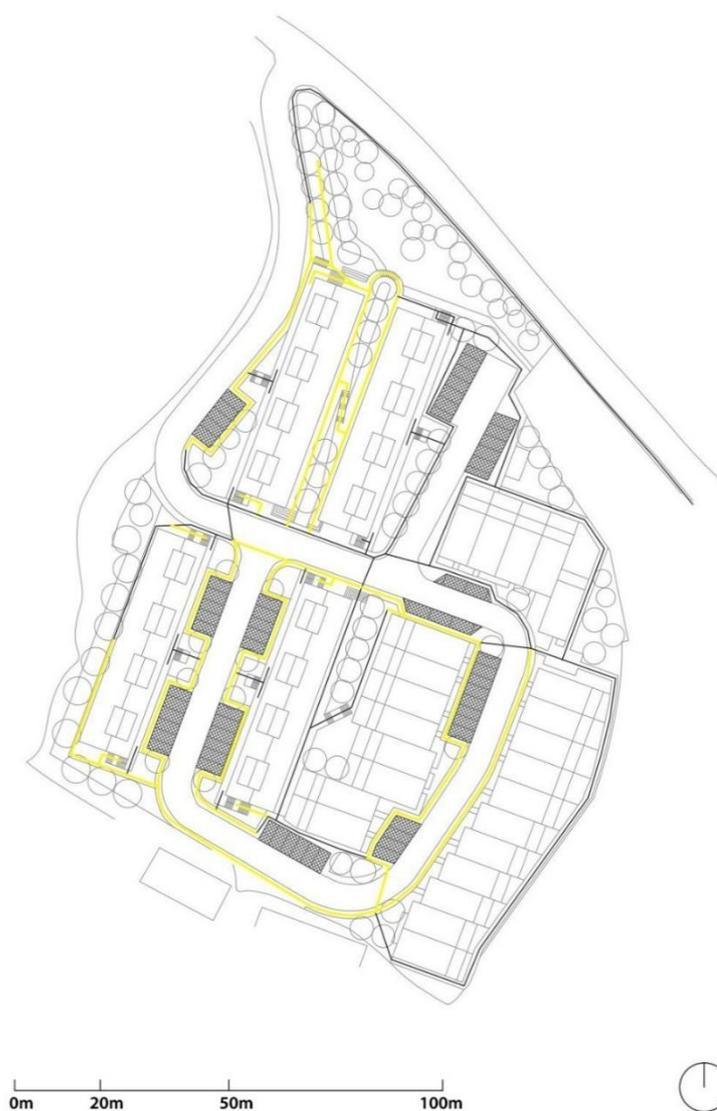


Figura 18 – Circulação pedonal (em amarelo) que não ocorre conforme planeada no projeto original, produzido pelo autor

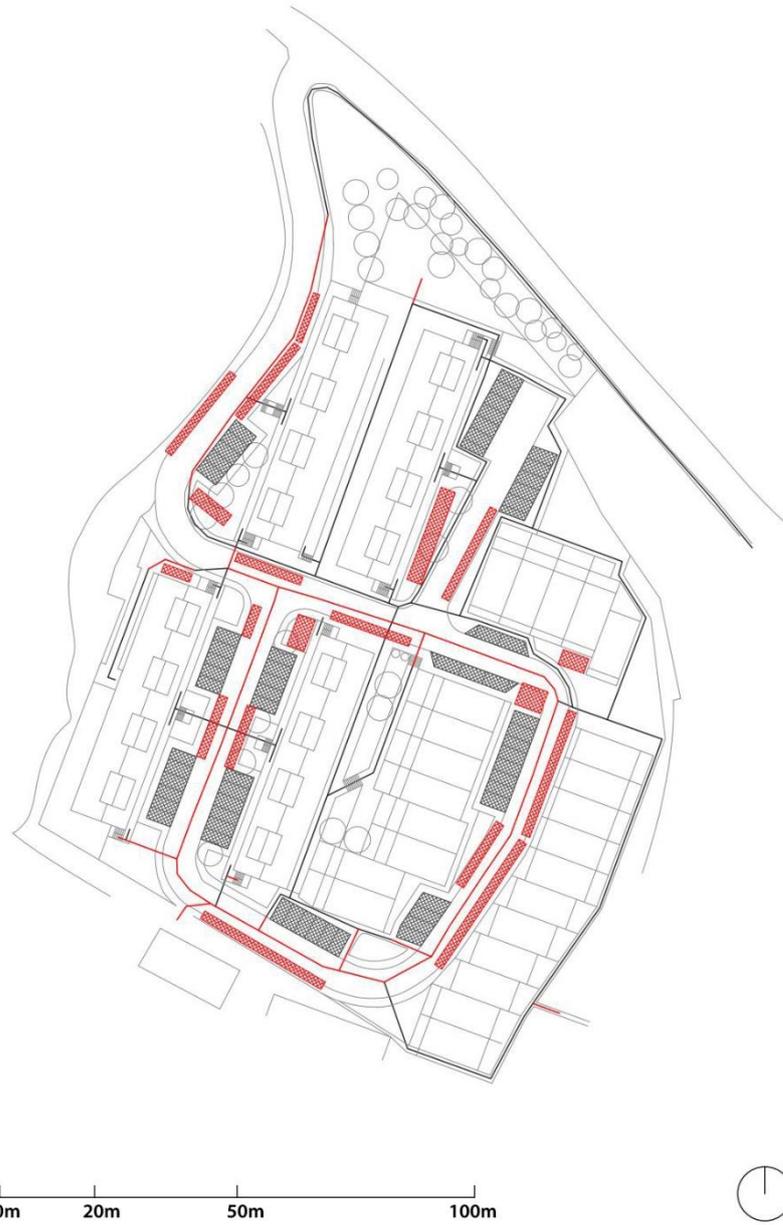


Figura 19 – Circulação pedonal e estacionamento abusivos (em vermelho) que não ocorre conforme planeada no projeto original, produzido pelo autor

3.2.4 Sistema de acessibilidade ao bairro da Parcela 6

A proposta inicial para o bairro moldava a topografia do terreno de forma a ter mais níveis planos, e para isso necessitar de mais escadas e rampas. Nesse registo, os blocos de apartamentos para combater as diferentes cotas ofereciam acessos duplos nas extremidades. Conforme indicado anteriormente (3.2.2), durante o projeto de construção foi reduzido o número das escadas, optando por rampas e terreno com relevo acentuado, o que torna a circulação pedonal fluida, integrada com a paisagem evolvente, e a redução dos custos de execução. Observa-se que uma das ligações do interior do bairro à inicialmente a única ligação com o resto do município foi perdida, ao retirar a escada do bloco noroeste, que se vê como o único bloco reduzido a dois acessos verticais. Dada a falta de opções de circulação, surgiram dois acessos pedonais que permitem ligar o bairro com as comunidades vizinhas: um a Sul, resultado da abertura do muro que delimitava o bairro; outro a Este, através de uma rampa que surge num lote vazio, provocado pela quebra da malha urbana. Em relação ao acesso às moradias, na proposta inicial estas encontravam-se nas ruas secundárias do bairro, como que orientados para fora do bairro, deixando as suas traseiras viradas para as vias públicas principais e consequentemente os estacionamento. Devido à possibilidade de apropriação e privatização dos alpendres, juntamente com a segurança e privacidade que isso ofereceu, a maioria dos moradores optou por orientar a entrada das moradias deixando as traseiras para os percursos interiores (Figuras 19 e 20).



Figura 20 – Representação dos acessos originalmente idealizados para o bairro, com as setas amarelas, produzido pelo autor



Figura 21 – Representação dos acessos adaptados para o bairro, com as setas a vermelho, produzido pelo autor

3.2.5 Evolução das habitações

3.2.5.1 Moradias unifamiliares

As moradias unifamiliares foram projetadas em tipologia T3, no entanto é notória a presença de personalidade nas alterações realizadas pelos moradores, relativamente à composição da habitação, esquema organizacional e apropriação de elementos. Esse conjunto de alterações ao desenho arquitetónico permite realçar a maneira de viver a casa na década de 80, quando foi planeada, e a maneira como é vivida atualmente, comprovando a premissa de que o Arquiteto planeia o espaço, mas são os moradores que validam os seus usos. Os residentes das moradias, ao terem a oportunidade de manipular o espaço público exterior adjacente às moradias, tiveram a disponibilidade para alterar a lógica e hierarquia dos acessos. Ao trocarem a entrada principal dos eixos interiores para a rua principal, surge conseqüentemente a necessidade de trocar a janela por uma porta, a cozinha deixou de ser o espaço de receção, para ser a sala (Figura 21). Destacando a importância da sala como espaço de receção, houve moradores que quebraram a parede interior que divide a sala, com a sala de jantar, priorizando um espaço de receção maior e menos compartimentação. Com a necessidade de mais espaço interior, para além do que a moradia inicialmente permitia, alguns moradores em vez de colocarem vedação nos espaços ajardinados apropriados, optaram por construir edificado até aos limites do terreno, em contexto de anexos, possibilitando a criação de uma ou duas divisões extras.



Figura 22 – Representação exemplos dos elementos demolidos ou alterados da proposta inicial, produzido pelo autor

3.2.5.2 Apartamentos

Os apartamentos dividem-se entre habitações de tipologias T2 e T3, sendo os T3 os apartamentos do último piso em regime de duplex, e os T2 os restantes fogos dos blocos de apartamentos. Os acessos aos apartamentos são feitos por escadas, e a distribuição em sistema de galeria, contando com oito fogos por piso. A sala, separada da cozinha por uma parede, funciona como espaço de receção, permanência e distribuição para os espaços privados da habitação. O centro da habitação possui uma instalação sanitária, uma escada nos duplexes, e as portas de acesso aos quartos nas traseiras da habitação.

Apesar dos apartamentos serem interditos a alterações na sua configuração espacial, os moradores procuram a expansão do apartamento e a descompartimentação. As alterações mais impactantes assentam:

i) Criação de uma área de maiores dimensões, juntando a sala com a cozinha removendo a parede interior;

ii) Criação de uma área de maiores dimensões, juntando a sala com um dos quartos ou entre quartos;

iii) Junção de apartamentos, abrindo vãos entre fogos vizinhos;

iv) Cedência do quarto no duplex para o vizinho adjacente, removendo a parede entre habitações, removendo a escada interior de acesso, e fechando a laje.

v) Apropriação do espaço de entrada na galeria.



Figura 23 – Representação exemplos dos elementos demolidos ou alterados da proposta inicial, produzido pelo autor.



Figura 24 – Representação exemplos dos elementos acrescentados ou alterados atualmente, produzido pelo autor

4 Projeto Participativo

4.1 Envolvimento da população local

No campo da Arquitetura em Portugal, o envolvimento da população local na tomada de decisões sobre o projeto e na fase construtiva cresce drasticamente a partir da década de 70. Procurava-se com esta estratégia a inclusão da comunidade, convidando-a a participar nas fases de planeamento e concretização, para assim melhorar a satisfação para com os projetos desenvolvidos. Este processo permite ir ao encontro das intenções dos utilizadores, ao mesmo tempo que se reduzia os custos de construção e contribuía a criar uma ligação afetiva à habitação por parte dos moradores (Bandeirinha, 2011). A metodologia difere do comum em arquitetura, no qual os residentes intervêm com a arquitetura enquanto espetadores, relacionando-se de forma passiva.

Um projeto participativo não pode ser discriminatório nem exclusivo, abrangendo o maior número de participantes possível, caso contrário corre o risco de ser pouco representativo ou mesmo contribuir com falsos resultados (Bandeirinha, 2011). No entanto, quanto mais abrangente e elaborado for o processo de intervenção, mais demorado se torna produzir um resultado unânime, correndo o risco de desistência dos participantes ou surgimento de imprevistos (Esteves, 2017). Em paralelo, a adoção deste processo, está sujeito a que equipas de projetistas e decisores manipulem os resultados, de forma a satisfazer e fundamentar interesses próprios, descartando o interesse público, garantindo financiamento específico para projetos participativos.

Os utilizadores ao se envolverem no projeto, desenvolvem pensamento crítico, enquanto lhes permite um contacto direto, quebrando as perdas de informação recorrentes numa estrutura hierárquica tradicional. O empoderamento do cidadão na tomada de decisões sobre o meio em que habita, aumenta a consciencialização e confiança no sistema, ao mesmo tempo que se sentem mais integrados e menos conformados (Lobo, 2017). Pode-se afirmar que a objetivo da participação social é informar o público das propostas, retirar feedback sobre as propostas, e incentivar ao planeamento coletivo de soluções.

O planeamento do processo de participação é crucial, requerendo uma análise abrangente da comunidade, do local e da própria metodologia de intervenção (Sanoff, 2008). Consequentemente torna-se necessário ter a responsabilidade de guiar os participantes, e prever desvios que possam surgir (Sanoff, 2008). Um projeto participativo que não corra bem pode vir a quebrar a esperança da

população, prejudicando o envolvimento em ações futuras (Stenberg, 2013). Nesse sentido o planejamento deve ter claro os seus objetivos e definir o que é esperado dos participantes:

- i) Pretende-se gerar pensamento crítico e sugestões
- ii) Pretende-se procurar entidades e personalidades específicas;
- iii) Pretende-se obter informações;
- iv) Pretendem-se resolver conflitos existentes, ou rever uma proposta.

É preciso ter em consideração que nem todos os intervenientes se sentem confortáveis a se expor ou participar, tendo receio de partilhar a sua verdadeira opinião, principalmente se esta for contra a opinião da maioria. Podendo preferir se abster ou expor uma falsa aprovação ou permitir que as personalidades mais fortes liderarem a discussão (Sanoff, 2008). Por outro lado, existe maior aderência, em termos de quantidade de participantes, se esta for motivada por sentimentos de revolta e insatisfação, em vez de uma intenção de manutenção ou acompanhamento de um sistema que já está a funcionar corretamente (Bandeirinha, 2011).

A aceitação do envolvimento dos utilizadores no planeamento de propostas tem crescido cada vez mais nas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia a incentivar os residentes a participar em reuniões coletivas, a discutir propostas públicas de gestão do território ou priorização de intervenções. A idealização é evoluir a democracia não pela divisão em subgrupos de votos, mas sim em discussões que procurem respostas de satisfação unânime (Sanoff, 2008). Uma democracia participativa possibilita tomadas de decisão descentralizadas, no entanto para as ter de forma eficiente, exige a participação ativa e informada dos cidadãos. Em paralelo, o assumo de responsabilidade por parte dos participantes é fundamental para garantir comunidades atualizadas com opinião crítica sobre problemas contemporâneos (Sanoff, 2008). A responsabilidade não recai apenas sobre o cidadão de se informar, como também cabe aos órgãos de gestão garantir a passagem de informação e incentivá-la, uma vez que é no reconhecimento e valorização do indivíduo que estão as bases de um sistema político democrático e participativo, estimulando e alimentando a ação coletiva (Lobo, 2017). Consequentemente, uma sociedade ativamente participativa irá requerer maior capacidade de gestão e filtragem de informação por parte dos órgãos públicos administrativos (Sanoff, 2008).

4.2 O papel do Arquiteto nos processos participativos

Num projeto participativo, o Arquiteto deveria desenvolver o papel de gestor e mediador, ser responsável por garantir o diálogo entre diferentes entidades com diferentes interesses. Uma proposta que não obtenha a aprovação dos seus utilizadores, não pode ser considerada um caso de sucesso, uma vez que este não resolve os problemas para que foi idealizado (Esteves, 2017). O envolvimento do Arquiteto, no local de análise e na comunidade, através dos próprios residentes e/ou associações que os representem, como associações de moradores ou organizações sociais de intervenção, é imprescindível para que este consiga alcançar os objetivos idealizados.

Para compreender o papel do Arquiteto e inúmeras dificuldades ao longo do processo participativo, os estudos desenvolvidos pelos Tromp e Hekkert (2019) concluíram que, por mais experiente e informado que o Arquiteto seja, cada projeto tem peculiaridades únicas e intrespassáveis. Pelo que uma arquitetura que permita a adaptação do uso dos espaços, irá responder melhor às adaptações individuais dos habitantes. Os autores referem que ao realizar um projeto participativo torna-se possível aproximarmo-nos do utilizador, percebendo quais são os seus interesses no projeto. O envolvimento na comunidade permite discutir o que seria considerado um resultado de sucesso, quais seriam os resultados mínimos a obter, e como os obter. Com isto é possível ver o projeto através dos olhos das diferentes entidades envolvidas, possibilitando uma visão mais abrangente e variada de problemas e soluções.

O envolvimento contínuo em projetos requer energia, dedicação, e disponibilidade de tempo dos intervenientes sendo necessário assumir o compromisso inerente. Este conjunto de fatores pode ser uma «barreira automática» de rejeição na participação. Isto identifica-se através de rejeições de participação, falta de interesse, receio de se envolver em algo novo, ou falta de incentivos. Em paralelo a maioria dos projetos morre por falta de adesão ou falta de recursos ou conhecimentos (Britton e Anderson, 2016).

4.3 Técnicas de aproximação das comunidades

Ao convidar a população a participar ativamente nas discussões, pedindo a sua opinião e/ou sugestões, de forma geral o contributo dado poderia ser pouco ponderado, com respostas imediatas. O modo como a pergunta é colocada influencia de forma relevante a resposta obtida. Se a pergunta for feita de forma fechada, em busca de uma resposta direta, a probabilidade de obter resposta é maior, mas a resposta tende a ser imediata refletindo uma opinião geral do entrevistado sobre o tema. Caso a pergunta seja colocada de forma aberta, envolvendo opinião crítica, justificação e ponderação, o risco de não obter resposta é maior, mas as respostas obtidas darão lugar a discussão (Tromp e Hekkert 2019). Como salientado pelos Burns, Cooke e Schweidler, 2011 na perspetiva de obter resultados satisfatórios, é necessário um acompanhamento prolongado e uma colaboração regular, uma vez que a investigação resulta de um processo de desenvolvimento, através de discussões, atividades e entrevistas. Para isto é necessário compreender o tipo de organização da comunidade, nomeadamente se existem representantes de moradores, e que membros se encontram por representar na comunidade e todas as instituições envolvidas (Burns, Cooke e Schweidler, 2011). As associações de moradores, grupos de residentes, grupos recreativos e instituições locais são fontes ricas em informações diretas, assim como oportunidades de integração na comunidade (Burns, Cooke e Schweidler, 2011).

É necessário ter consciência que existirá informação partilhada ou levantada que irá expor fragilidades nos residentes ou na comunidade, e poderá ter consequências negativas nos participantes ou no próprio projeto (Burns, Cooke e Schweidler, 2011). Consequentemente, o tratamento da informação obtida é crucial, tanto na filtragem como na divulgação, sendo necessário refletir sobre o que expor e como o expor, respeitando a privacidade e autorização dos intervenientes para divulgar o conteúdo fornecido. É importante ir mantendo registos regulares de apontamentos e conversas, com o apoio de esboços e diários, para posteriormente rever e refletir sobre (Sanders, Brandt e Binder, 2010). Em paralelo a divulgação e discussão do projeto com os participantes tem de ser preparada e direcionada para uma compreensão clara, filtrando conteúdo disperso e evitando más interpretações, visto que na grande maioria os convidados não são pessoas da área (Burns, Cooke e Schweidler, 2011). Para isso é possível recorrer ao apoio de ferramentas 2D, como fotografias, montagens, mapas e esquemas, ou ferramentas 3D, como maquetes ou equipamentos digitais (Sanders, Brandt e Binder, 2010). É crucial manter o contacto simples e direto com a comunidade e agir de forma pragmática, caso contrário o projetista acaba a dispersar entre os diferentes problemas que surgem, sem hierarquia nem foco principal, perdendo a capacidade de gestão e resolução (Tromp e Hekkert 2019).

4.4 Apontamentos sobre metodologias existentes para processos participativos

Para compreender as características de um bairro de uma forma crítica e fundamentada para consequentemente intervir, para além de se estudar o bairro em questão, é também necessário identificar critérios para relacionar diferentes bairros. Dimensão, densidade, classes sociais, ou época de construção representam fatores que permitem uma comparação. É possível criar uma base de sucessos e falhas, que ao aplicar a projetos participativos, apontam para que processos se deve realizar, e como os fazer. A intenção base ao intervir em bairros e nas comunidades, é compreender a sua qualidade de vida e o quais são os principais problemas que os residentes identificam (Soares, 2017). Em acréscimo, a integração e discussão com as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias e equipas de intervenção não deve ser descartada, realizando questionários e entrevistas (Carreiras, 2018).

O atelier *Elemental* trabalha essencialmente na área de arquitetura social, no Chile. Como forma de integrar as famílias no desenvolvimento das suas futuras casas, o processo de projeto começa por apresentar às famílias os problemas e impedimentos. Isto provoca a concentração de problemas, sendo elas a sugerir as soluções, revelando quais são os problemas que a comunidade enfrenta, em vez da técnica recorrente de perguntar à comunidade como querem que seja o resultado final da habitação. Tendo então as bases definidas, a equipa de arquitetos trabalha em torno das soluções dos participantes. Referem que equipar e distribuir uma casa são tarefas simples e pessoais de resolver, deixando-as para os residentes, e preferindo investir o tempo dos arquitetos na construção urbana, planeamento e construção do edificado coletivo, estruturas e canalizações (Soares, 2017). Com isso, o espaço livre é disponibilizado por cada família para um uso flexível e autónomo, no cumprimento das regras definidas pelos arquitetos acima referidas. Destacam que para eles, o projeto não termina na construção da habitação, sendo crucial garantir acompanhamento social regular e a longo prazo, durante a instalação da família, diagnosticando as alterações ocorridas e as desejadas (Soares, 2017).

O atelier *mob*, associado com a cooperativa *trabalhar com os 99%*, apresenta-se como um espaço de trabalho multidisciplinar de desenvolvimento de ideias, investigação e projetos. O foco da atividade são as comunidades que, na sua maioria, não tem condições para contratar arquitetos. A estratégia de realçada, é a capacidade de trabalhar em parceria com os utilizadores, incluindo-os na tomada de decisões. O projeto *Prodac Sul* materializa-se na concretização de um anfiteatro que reabilita o desenho urbano e junta espaços do bairro. O anfiteatro representa a capacidade, iniciativa e concretização dos seus moradores. O processo contou com a adesão dos residentes para o planeamento e execução do projeto, assim como, a colaboração de empresas de construção, que remuneraram os residentes pela mão de obra na concretização (ateliermob, 2022).

A associação sem fins lucrativos, *Rés do chão*, desenvolve projetos de reabilitação urbana, focando-se em ações de sensibilização e dinamização. A metodologia de integração engloba agentes locais, permitindo o desenho de soluções adaptadas ao contexto de intervenção, incentivando a sua transformação e regeneração. O projeto *C-Bairrista* surge da oportunidade de juntar os residentes e desenvolver intervenções que permitam requalificar o espaço público. O projeto, desenvolvido em parceria com associações locais e moradores, permitiu montar reuniões de discussão de projeto, e desenvolver propostas de intervenção direcionadas para os interesses da comunidade. Tanto a concretização de algumas propostas, como a festa de celebração, foram coordenadas e realizadas com os moradores, contribuindo para convívios interpessoais. O projeto permitiu criar um conjunto de residentes que se tornaram membros ativos da comunidade (resdochao, 2022).

As formas de comunicação recorrentes em projetos participativos são questionários e entrevistas, diálogos informais, desenhos ou maquetes. Devido aos meios tecnológicos atuais, as representações 3D facilitam a comunicação e explicitam a intenção de cada parte. Exemplo disso é o software Minecraft, um jogo digital de modelação de espaços através de cubos, que em 2021 foi usado pela UN-Habitat em parceria com os produtores como uma ferramenta de participação coletiva para o desenho de espaço público. Este enquadra-se num programa de alojamento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de facilitar essa mesma comunicação (Soares, 2017). Nesse contexto os participantes, graças a uma interface simples e intuitivo, são convidados a desenhar a volumetria e espaços do seu bairro. Os estudos feitos revelam que este processo dinâmico e imersivo, provocam muito mais adesão, comparativamente aos processos tradicionais, como questionários e entrevistas (Soares, 2017). Mais detalhadamente, Mónica Silva Soares, em 2017 "*Cidade Partilhada Participada – Proposta participada de qualificação. O bairro da Boavista em Lisboa*", no âmbito da tese de mestrado, revela a importância de integração na comunidade. Ressalta a necessidade de relacionar-se com grupos ativos no bairro de estudo, tanto grupos internos (moradores), como grupos externos que intervenham no bairro, como associações ou instituições. A investigadora Soares procura identificar os grupos, quais os papéis e focos de intervenção, e como o fazem. Isto proporciona imersividade em acompanhamentos e estudos na comunidade que já estejam a decorrer, ao mesmo tempo procura perceber como podem se entrelaçar. (Soares, 2017).

4.5 Princípios para um projeto participativo determinante

O projeto participativo procura resultados que vão ao encontro das intenções e interesses da comunidade. Para o projeto ser representativo, tem de incluir a comunidade, convidando-a a participar

nas fases de planeamento e concretização de projetos, retirando feedback sobre as soluções. Em acréscimo esta metodologia contribui para a ligação da comunidade ao local de intervenção, ao mesmo tempo que eleva a própria comunidade. A metodologia é assim diferente da comum utilizada em arquitetura, através da qual o utilizador tem um contacto mais passivo com o produto final.

O planeamento do processo de participação requer o estudo abrangente da comunidade, do local, e do próprio projeto participativo. É da responsabilidade do projetista garantir um planeamento objetivo, claro e estruturado, acompanhando os participantes. O projetista deve ter definido que tipo de intervenção quer dos participantes, que tipo de informação procura, e qual o objetivo do projeto. Um projeto participativo que não corra bem pode vir a quebrar a esperança da comunidade, impedindo o envolvimento em ações futuras. É importante considerar, que com diferentes personalidades de participantes, não existe um só processo que garanta a participação de toda a comunidade de forma confortável e motivada.

Em projetos participativos o Arquiteto deve desenvolver o papel de gestor e mediador, garantido o diálogo entre diferentes entidades. Para isso o Arquiteto deve se envolver com os membros da comunidade, com associações relacionadas e organizações de intervenção. Deste modo o Arquiteto consegue melhor compreender as barreiras e intenções de todos os envolvidos. É necessário ter em consideração que o envolvimento requer energia, dedicação e continuidade.

Ao convidar a comunidade a participar, é preciso considerar que quanto maior a dedicação necessária por parte do participante, menores são as chances deste se envolver devido à falta de tempo ou pouca vontade de se expor. No entanto os participantes que se envolvam terão um maior contributo para a obtenção de informação crítica. Para isso é preciso encontrar um meio termo entre quantos participantes estão dispostos a se envolver, e até que nível, tendo noção que a investigação resulta de um processo contínuo e regular. É necessário ter consciência que informação recolhida pode provocar consequências paralelas nos participantes, sendo crucial o filtro na divulgação.

5 Processo Participativo – Caso de estudo: Parcela 6

5.1 Objetivos e metodologia utilizada

O propósito deste estudo é compreender e expor como podem os projetos participativos mostrar a opinião e as intenções da comunidade do Bairro da Parcela 6.

Com isso surge a intenção de:

i) Identificar formas de intervenção que promovam os residentes a querer expor informação sua, e sobre o bairro;

ii) Trabalhar com a comunidade e a informação obtida, experimentando as formas de intervenção escolhidas;

iii) Filtrar que ferramentas são uteis para intervir na comunidade do Bairro da Parcela 6, e refletir sobre a sua eficiência, e idealizar a aplicação a comunidades semelhantes.

iv) Para isso foi necessário compreender qual é o papel do Arquiteto ao realizar projetos participativos numa comunidade multicultural que se encontrada instalada e integrada num bairro municipal social.

O trabalho com a comunidade da Parcela 6 desenvolveu-se em quatro fases de intervenção, começando pela análise de dados cartográficos, demográficos e leitura bibliográfica, de forma a contextualizar a investigação (i). Em seguida surgiu a necessidade de conhecer a comunidade e o bairro para além das informações documentadas, conhecer o quotidiano do bairro e como os residentes vêem o bairro (ii). Este processo permitiu realizar atividades com a comunidade, de forma a registar e quantificar as opiniões dos residentes (iii). A partilha da investigação com colegas estudantes de arquitetura, inseridos no mesmo programa de estudo, permitiu aos colegas desenvolver propostas que abordassem as intenções da comunidade, e com isso discuti-las com os residentes, de forma a receber o seu feedback (iv).

5.1.1 Fase 1 – Análise documental e bibliográfica

O ponto de partida de forma a garantir um estudo objetivo, foi reconhecer que desconhecia por completo a história do bairro, e os residentes da Parcela 6, tanto individualmente como coletivamente.

O que criou a necessidade de compreender:

- (i) Como surgiu a criação do bairro;
- (ii) Qual o estado sociopolítico do país e dos programas de habitação social;
- (iii) Qual a arquitetura do bairro;
- (iv) Sob que contexto social se tornaram residentes;
- (v) Quem são os residentes

O segundo passo foi perceber:

- (i) O que são projetos participativos;
- (ii) Como surgem com a arquitetura;
- (iii) Como aplicá-los.

A análise de documentos relativos à evolução de Loures, permite compreender que a população do município cresceu drasticamente com a procura de acesso a Lisboa. A deslocação de massas populacionais provocou o surgimento de inúmeros bairros ilegais ao longo do município de Loures, priorizando terrenos juntos a Lisboa e/ou estradas de acesso. Em acréscimo permitiu compreender que embora os bairros adjacentes à Parcela 6 tenham surgido em construção não autorizada, o Bairro da Parcela 6 em si foi construído através do Programa Especial de Realojamento (PER), sendo um bairro municipal planeado pelo Estado. A análise sobre o Bairro da Parcela 6 revelou que as moradias foram planeadas para alojar os residentes de outros bairros, sendo comunidades que já se conheciam, preservando o sentimento de inclusão e união. Em paralelo, revelou que os residentes dos apartamentos, para além de surgirem de forma individual e não em realojamento coletivo, surgiram após os residentes das moradias já se terem instalado. Apesar do PER ter construído o bairro, o reconhecimento da necessidade de intervenção e valorização do território surge durante os projetos SAAL, tendo estes desenhado uma proposta que integrava os bairros adjacentes numa só comunidade.

A análise sociodemográfica permitiu comparar as características referentes aos residentes da antiga freguesia de Unhos, em relação ao município de Loures, e Área Metropolitana de Lisboa (AML), de forma a compreender que elementos sociais destacam os residentes. Foi possível compreender que os residentes de Unhos acompanham as taxas de natalidade e envelhecimento populacional que a AML. Em contraste as áreas profissionais diferem bastante, havendo uma grande dependência de trabalhos não qualificados, e uma reduzida dependência de trabalhos com exigências académicas superiores, contrariamente à AML. Estes dados acompanham as diferenças na escolaridade, em que Unhos tem uma grande parte da população sem escolaridade ou só com ensino básico, enquanto tem uma percentagem bastante reduzida de residentes com ensino superior. Em paralelo, existe uma grande dependência de deslocação para Lisboa para garantir empregabilidade, o que analisando as redes de transportes públicos disponíveis, justifica a esmagadora dependência do veículo privado. Em acréscimo foi possível compreender que diferentes nacionalidades estrangeiras se concentram em diferentes municípios da AML, destacando-se Unhos pela esmagadora concentração de cabo-verdianos e santomenses. Embora os dados demográficos não permitam conhecer a individualidade e personalidade dos residentes, permite criar uma visão panorâmica superficial sobre os residentes, e com isso perceber que graças aos processos de integração da Câmara Municipal de Loures, o Bairro da Parcela 6 é multicultural. Devido à necessidade de interação de comunidades com diferentes etnias, nacionalidades ou costumes, foi abordada uma breve análise de bibliografia para facilitar a compreensão de alguns aspetos das comunidades, reduzindo o risco de ações desrespeitadoras ou inapropriadas no contexto de análise.

A leitura de bibliografia referente a projetos participativos (Burns, Cooke and Schweidler, 2011; Carreiras, 2018; Silva Soares, 2017; Tromp e Hekkert, 2019) permitiu compreender como interagir com a comunidade do Bairro da Parcela 6. Os casos estudados refletem que, uma vez que o bairro é pequeno, existe uma grande necessidade de integração, sendo necessário interagir com os residentes ao seu ritmo, em ambiente público. Esse processo leva a interagir com os grupos ativos, como grupos de convívio, atividades ou associações. Este processo de socialização permite compreender quem são os membros interessados em participar, quais os papéis e focos de interesse dos residentes, assim como a sua influência social na comunidade, tal como descrito pelos investigadores Burns, Cooke and Schweidler (2011). Em paralelo, ao ter membros da comunidade integrados no processo, existe um respeito interno pelo projeto, facilitando o seu funcionamento e execução. A integração da comunidade no desenvolvimento do projeto, traz consciência e opinião crítica para os problemas e soluções de intervenção, unindo os residentes e aumentando o sentimento de integração ao local. Os estudos abordados permitem reconhecer que o processo de interação tem de ser estruturado e preparado, de modo a evitar perder o interesse dos participantes, tanto neste projeto, como em

futuros. Nesse sentido foi necessário refletir sobre o porquê de interagir com os residentes, o que pretendia obter deles, e como o fazer, tal como descrito em Tromp e Hekkert, 2019. Isto porque para obter resultados satisfatórios é preciso um acompanhamento contínuo e uma colaboração regular, uma vez que é necessário discussões, atividades e entrevistas. Como tal, a interação com os residentes tem de ser intencional, preparada e clara. Tornou-se importante compreender qual o papel do Arquiteto, concluindo que este desenvolve tarefas de gestor e mediador, responsável pela interação com a comunidade e entidades relacionadas. Isto porque o propósito do projeto participativo é direcionar os resultados para os desejos dos residentes, e com isso o envolvimento do Arquiteto na comunidade torna-se crucial. Também se tornou claro que existe uma responsabilidade inerente para todos os participantes, uma vez que é um processo coletivo, em que o envolvimento requer dedicação regular, a curto e longo prazo.

5.1.2 Fase 2 – Diagnóstico da situação no Bairro da Parcela 6

Com o intuito de conhecer a comunidade, surgiu a necessidade de conhecer o lado humano que compõem a comunidade que vive o Bairro da Parcela 6. Como mencionado por Tromp e Hekkert, 2019, a intenção de realizar projetos participativos que envolvam os utilizadores, tem em consideração que os conhecimentos técnicos da disciplina de arquitetura não são suficientes para assumir que se sabe reconhecer os problemas existentes, as prioridades de cada problema, e as soluções necessárias. Embora o conhecimento de Arquitetura seja crucial para desenvolver soluções urbanas, é necessária uma abordagem humilde, com vontade de conhecer a realidade a interferir, sendo necessário curiosidade e empatia, mas acima de tudo o reconhecimento e valorização de cada indivíduo envolvido, independentemente de posição social ou económica. Cada pessoa tem uma visão, e um projeto ideal satisfaz todas as necessidades de todos os indivíduos, uma utopia que morre assim que se descarta a opção de envolvimento dos futuros utilizadores. Para isso realizei várias abordagens inspiradas em conhecimentos assentes na bibliografia estudada, assumindo sempre uma posição de adaptação e adoção de hábitos.

A primeira visita ao local foi realizada de forma coletiva pelos estudantes de arquitetura, com acompanhamento de técnicos da Câmara Municipal de Loures, que expuseram os seus conhecimentos sobre o local e a comunidade. Esta introdução permitiu quebrar barreiras comunicativas entre os estudantes de arquitetura e os moradores, uma vez que a nossa presença provocou um desvio na rotina diária que se vive no espaço público, provocando curiosidade nos residentes e permitindo a nossa introdução. Neste contexto foi possível compreender a relação do edificado com o espaço

público e criar as primeiras impressões e opiniões sobre o local. Da parte da Câmara Municipal de Loures, foi-nos explicado as dificuldades de gestão pública e intervenção no bairro, realçando a falta de integração dos residentes e as necessidades de recuperação do edificado. Da parte dos residentes, comentaram a insatisfação na Câmara Municipal de Loures, queixando-se da falta de manutenção no edificado.

As visitas seguintes foram realizadas semanalmente, tanto individualmente como em grupo, com o intuito de continuar conversas ou desenvolver novos temas, criando contactos regulares expondo a nossa presença e alargando as conexões, tal como praticado por Burns, Cooke and Schweidler, 2011. Para isto foi crucial deixar os residentes desenvolver a conversa, deixá-los colocar as suas dúvidas e ouvir as suas experiências e opiniões. Este processo feito de forma regular permitiu ganhar confiança e reconhecimento social, o que levou ao surgimento de mais temas e conversas mais fundamentadas. Consequentemente, este contacto inicial permitiu conhecer as entidades ativas e/ou influentes dentro do bairro, compreender melhor as dinâmicas sociais, as circulações pelo espaço público, a utilização dos espaços e ler as relações entre vizinhos. Em paralelo, a nossa presença foi ganhando aceitação social, mesmo entre pessoas com quem nunca tínhamos falado diretamente, criando iniciativa nos residentes em virem-se apresentar e colocar questões, ideias, ou simplesmente falar. A maioria dos diálogos acontecia na via principalmente com grupos de convívio, ou nas galerias exteriores do edificado. Esta fase inicial focou-se principalmente em conhecer as condições em que as pessoas vivem, conhecer os problemas que eles identificam no bairro, perceber o que elas acham dos espaços, das casas, e compreender o que consideram prioritário.

5.1.3 Fase 3 – Discussão das perceções dos moradores sobre o Bairro da Parcela 6

5.1.3.1 Mapeamento do bairro com os residentes

Como forma de incluir os residentes na requalificação da Parcela 6, foi preparado uma sessão participativa na via pública, realizada no dia 26 de novembro de 2021. Nesta sessão convidaram-se os moradores a desenharem o seu próprio mapa individual, com base na sua opinião do que representa o bairro, destacando histórias que tenham vivido, a sua perceção dos espaços partilhados e vivencias quotidianas, ou elementos que achassem importantes. A ideia, inspirada a partir do trabalho dos investigadores Burns, Cooke and Schweidler, 2011, foi mapear como cada morador vê o bairro, tornando as conversas regulares em elementos gráficos individuais, para posteriormente poder analisá-los. Estas conversas iniciadas pela equipa de estudantes de arquitetura do ISCTE, funcionaram

como um gatilho de iniciação guiando a conversa em torno de temas-chave baseados nos levantamentos iniciais e contextualização do bairro.



Figura 25 – Ortofotomapa do Bairro da Parcela 6, utilizado para referência de mapeamento (Fonte: Google Earth)

De forma a garantir o bom funcionamento da sessão, houve uma reunião preliminar no local com os organizadores, onde se reviu o processo de abordagem e os elementos a usar. Para o funcionamento da sessão foram colados na empena cega do Lote 1, dois ortofotomapas A1 do bairro, cada um com uma folha vegetal por cima para o morador desenhar sobre ela. A ideia era que cada folha vegetal se destinasse apenas a um morador, trocando a folha por uma nova ao iniciar uma nova conversa. O local da sessão foi escolhido pela forte exposição e permanência de moradores.



Figura 26 – Colocação dos mapas nas paredes (26/11/2021) (Fonte: Rita Santos)

Devido à escassa adesão dos moradores numa fase preliminar da atividade, foi necessário convidar diretamente os moradores que se encontravam nas galerias ou passavam na rua (Figura 26). Apesar do planeamento, durante a execução houve uma grande dificuldade de os moradores reconhecerem o bairro através de representações aéreas ou participar desenhando no mapa da Figura 24. No entanto, devido à reduzida dimensão do bairro e a escolha do sítio onde foram pendurados os painéis, foi possível identificar os espaços de modo mais claro para todos. Realizou-se com os moradores o mapa de cada participante através de uma conversa, auxiliada pelos desenhos feitos pelos organizadores, sobre a sua experiência e vivência no bairro. A Figura 26 exemplifica o receio e curiosidade em participar na atividade.



Figura 27 – Fotografia no Bairro, lote 2, diálogo entre o autor e morador (26/11/2021) (Fonte: Rita Santos)

Foi planeado um processo em que cada participante aguardava a sua vez, embora pouco foi respeitado, preparando mapas conjuntos entre vários moradores por participaram em conjunto, ou intervirem a meio de um mapa já em execução, ou se dividirem por vários mapas. Como forma de incluir toda a informação e conseguir fazer uma análise integrada, sobrepôs-se os mapas (Figura 27).



Figura 28 – Mapa coletivo sobre o representa o bairro (26/11/2021), produzido pelos organizadores e os residentes

Deste mapa (Figura 28) é possível extrair zonas com uma maior concentração de informação onde se comprova os dois eixos principais ortogonais do bairro. Levantando mais propostas para os espaços, mais histórias partilhadas e mais situações vividas.



Figura 29 – Concentração de informação (26/11/2021), produzido pelos organizadores e os residentes

Zonas de conforto e desconforto, onde é possível compreender a maneira como o bairro se divide por zonas. É de destacar que a rua entre as moradias, e a rua entre os apartamentos, tem opiniões de conforto e desconforto, dadas por moradores de cada zona. Enquanto os residentes das moradias consideram o espaço das moradias agradáveis, ao mesmo tempo consideram o espaço dos apartamentos desconfortável e até mesmo inseguro. Em contraste, os residentes dos apartamentos revelam sentir desconforto nas zonas das moradias, mas apreciam a zona dos apartamentos. Em paralelo, de forma unânime, a zona do antigo parque infantil é apresentada como insegura ou desconhecida.



Figura 30 – Destaque do sentimento dos espaços (26/11/2021), produzido pelos organizadores e os residentes

Numa análise mais profunda é possível separar a informação do mapa em mapas distintos:

- As zonas de conforto e segurança na Figura 30:
- A vontade dos moradores relativa a intervenções no espaço público na Figura 31.
- As zonas de lazer e convívio na Figura 32.
- Os serviços externos de apoio ao funcionamento do bairro na Figura 33.

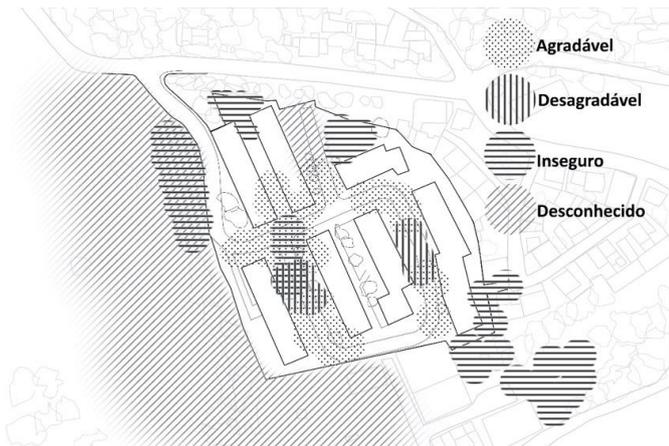


Figura 31 – Interpretação do mapa produzido em conjunto com os moradores por zonas de conforto, produzido pelo autor

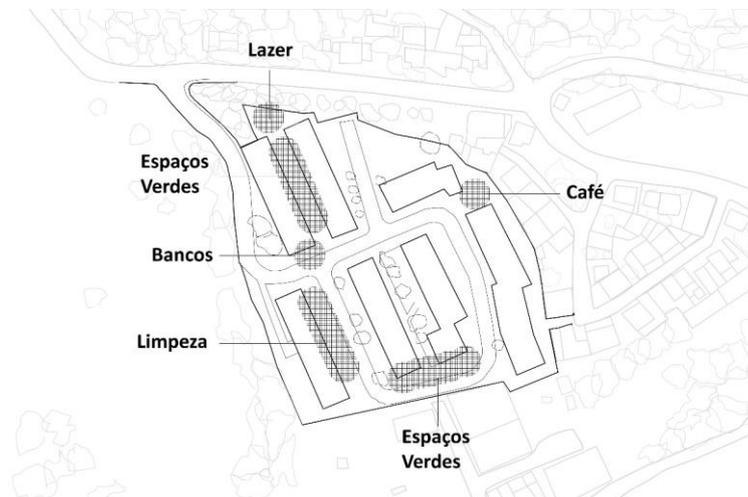


Figura 32 – Interpretação do mapa coletivo por desejo de intervenções, produzido pelo autor

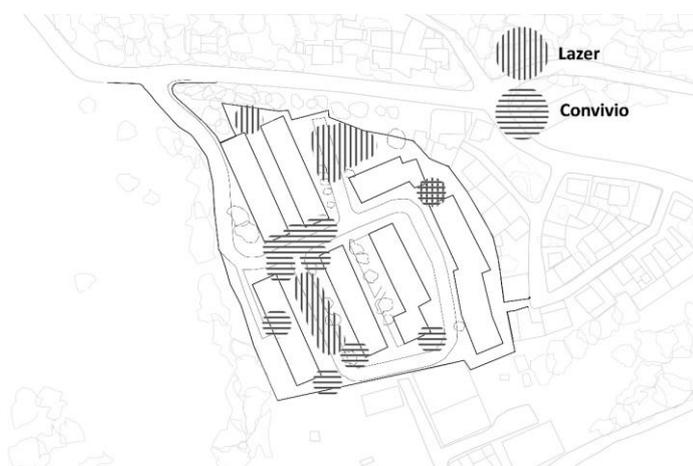


Figura 33 – Interpretação do mapa coletivo por zonas de lazer e convívio, produzido pelo autor

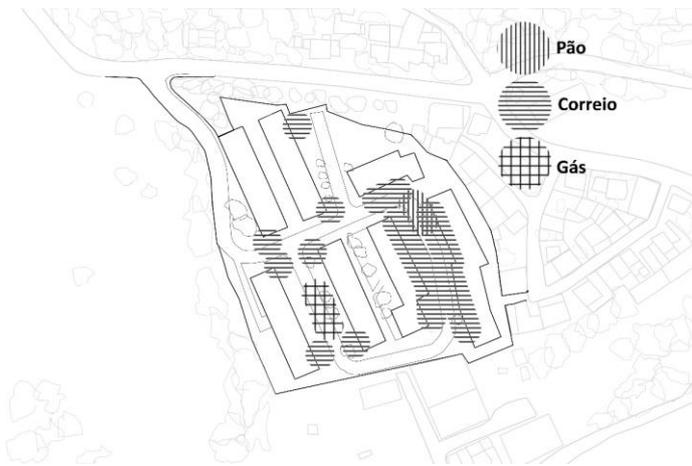


Figura 34 – Interpretação dos serviços externos de apoio ao bairro destacados pelos residentes, produzido pelo autor

Esta análise permite traçar limites dentro do bairro, dissecá-lo por zonas e permanências, e obter uma visão pessoal do mesmo, assim como conhecer o valor humano para quem lá vive. O levantamento destes dados, permite guiar a equipa de Arquitetos a compreender que problemas serão importantes resolver.

5.1.3.2 Questionário porta-a-porta

O trabalho desenvolvido com a comunidade até este momento permitiu concluir qualidades e problemáticas do bairro do ponto de vista dos residentes. Com base na leitura dos trabalhos de um conjunto de investigadores (Sanders, Brandt and Binder, 2010; Burns, Cooke and Schweidler, 2011), realizei um questionário que serviu para quantificar a pertinência dos dados levantados (ver Anexo B). O facto de o bairro ter 104 habitações permitiu ser realizado porta-a-porta, adaptado e repetido em diferentes horários, procurando a preferência dos residentes. Este processo permitiu um contacto personalizado e individual com todos os participantes, garantindo uma abrangente e diversificada oportunidade de participação. As perguntas focaram-se na comunicação entre os residentes e a Câmara Municipal de Loures, o quão informados estavam os residentes da informação partilhada pela Câmara Municipal de Loures, a pertinência do acompanhamento social aos residentes, e que problemas os residentes consideram urgentes de resolver. O questionário foi preparado com perguntas abertas e fechadas, o que naturalmente transformou uma interação estipulada em 10mins, em conversas/entrevistas que duravam aproximadamente 1h.

O processo foi realizado ao longo de oito sessões, cada uma com uma duração de quatro horas. A primeira sessão foi realizada durante um dia de semana, mas tornou-se claro que a maioria dos residentes não estava nas habitações, informação confirmada pelos vizinhos ou quem se encontrasse na via pública. A segunda sessão foi realizada ao sábado de manhã, igualmente com pouca adesão dos residentes por ser um período de descanso e repouso, uma vez que as noites no bairro tendem a ser movimentadas e ativas, informação partilhada pelos residentes. A terceira sessão e restantes, foram realizadas aos domingos durante a tarde, revelando maior disponibilidade e interesse de participação dos moradores.

Durante o processo a maioria dos residentes estava séptico ou desconfiando da situação, mesmo eu tendo tido uma presença regular no bairro nos últimos quatro meses, sendo necessário apresentar-me, apresentar o programa, e a intenção do projeto, algo que já tomava por garantido. Esta situação fez-me compreender que apesar de entre certos membros da comunidade haver uma grande comunicação e partilha de informação, existem também muitos residentes isolados. Em contraste, alguns residentes, tanto os que já me conheciam, como que estavam a conhecer pela primeira, tomaram a iniciativa de me convidar para dentro da habitação, para mostrar problemas no edificado e falar mais confortavelmente, revelando receio de falar em público. Quando questionados sobre o conforto em me convidar a entrar, a maioria descartou a situação, referindo já estarem habituados a visitas de assistentes sociais, serviços de apoio, técnicos da Câmara, e programas sociais.

O processo do questionário teve uma duração total em torno de 30h no terreno, a adesão de 47% das habitações, garantindo resultados representativos e diversificados. Foi possível confirmar que apesar das moradias incluírem espaço exterior no seu lote, e terem uma ligação direta com o espaço público, são os residentes mais isolados, tendo tido uma adesão de 29% enquanto os apartamentos tiveram uma adesão de 53%.

Das famílias que participaram, 88% revela não ter conhecimento das reuniões públicas organizadas pela Câmara Municipal de Loures, enquanto 65% revela ter interesse em participar. Quando questionados sobre formas eficientes de serem convidados, 65% dos participantes (todos os que mostraram interesse em participar), sugerem via correio, seguido do telefone com 49%, e apenas 14% por métodos digitais. Apesar da Câmara de Loures ter a iniciativa de convidar os moradores a expor a sua opinião e ideias em sessões organizadas para dar voz à população, o seu método de divulgação em massa, é através do e-mail ou o seu site. A análise do questionário permite perceber que a falha de comunicação entre os residentes e a Câmara Municipal de Loures está exatamente no método de divulgação do conteúdo. Em acréscimo também se tornou possível analisar que 59% dos participantes tem interesse em conhecer os planos de desenvolvimento e gestão do municio, sendo que 33% tem interesse na habitação, e 29% em assuntos relacionados com a saúde.

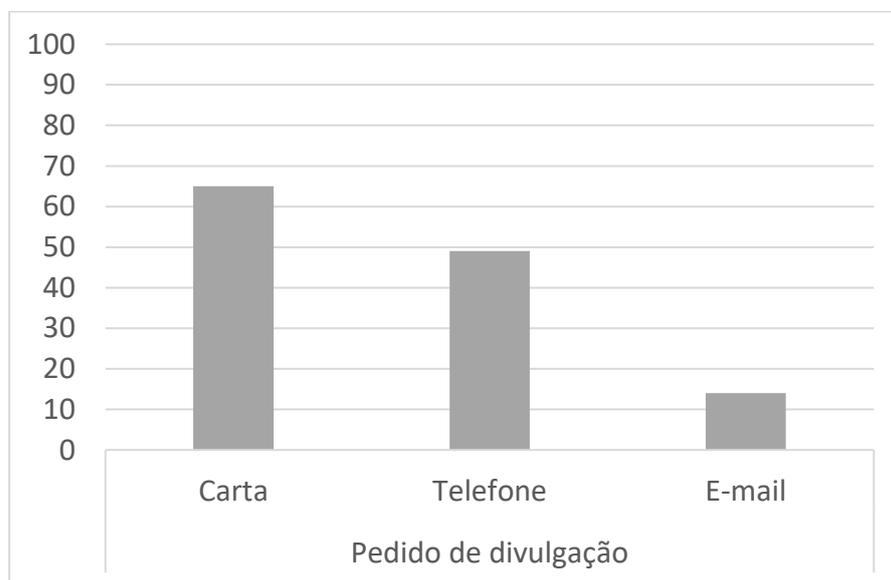


Figura 35 – Gráfico da preferência dos residentes sobre os métodos de divulgação, produzido pelo autor

Para compreender a eficiência da comunicação dos residentes com as entidades responsáveis, 59% revela reportar as insatisfações à Câmara Municipal de Loures, 55% ao Centro Social da Apelação,

31% à polícia. No entanto 29% revela já não apresentar os problemas, acreditando ser um esforço inútil que não irá provocar soluções. Quando questionados, 69% reporta as situações ao vivo e 55% por telefone, havendo uma clara preferência dos moradores por um contacto direto. No entanto 20% trata dos processos por carta, e apenas 6% trata por e-mail, os dois métodos de preferência da Câmara Municipal de Loures, provando novamente uma clara falha de comunicação entre a Câmara e os residentes. Sobre a intervenção da Câmara, 49% revela aguardar soluções aos pedidos. Quando questionados sobre o seu acompanhamento social, 35% desconhece ter acesso a um assistente social, e 33% aguarda acompanhamento, revelando que apenas 14% tem contacto regular com um assistente social.

Sobre a qualidade de vida no bairro, 71% dos participantes sentem-se abandonados e esquecidos, sem esperança de melhores qualidades, 49% admite ter rivalidades com vizinhos, e 39% sente insegurança.

Sobre a qualidade do edificado e satisfação com a habitação, 57% revela problemas de impermeabilização, 43% de más condições de isolamento e 39% de canalizações e saneamento. 65% acredita que o problema principal é a falta de manutenção regular no edificado, identificado em concreto o Lote 2 que se encontra abastecimento de água contaminada pelas canalizações enferrujadas há quase 10 anos.

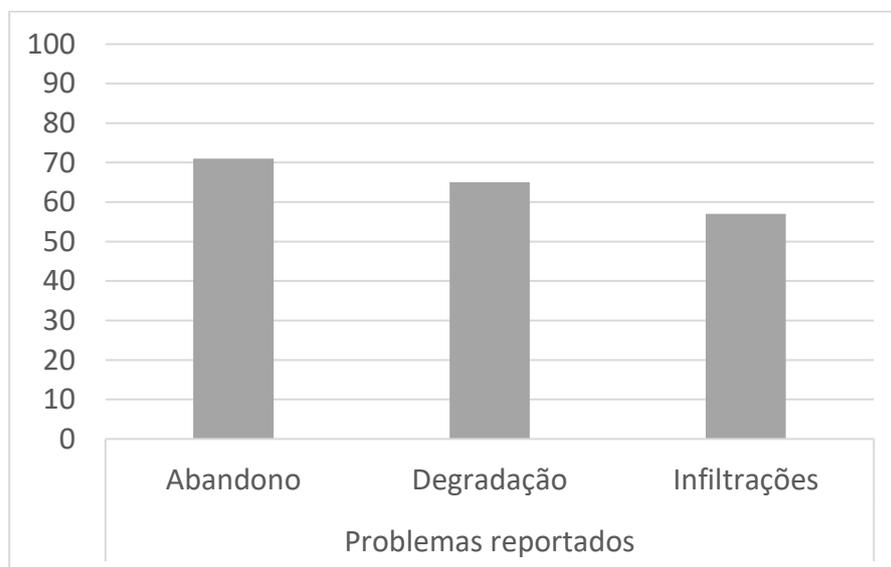


Figura 36 – Gráfico das problemáticas identificadas pelos residentes, produzido pelo autor

5.1.4 Fase 4 – Discussão de ideias para o bairro

Foi realizado uma discussão de ideias com os residentes do bairro, graças à divulgação, reflexão e discussão dos dados levantados com a equipa de estudantes de Arquitetura, que dentro dos seus estudos e com o seu poderoso discernimento realizam, propostas para os problemas identificados. Esta abordagem permite, tal como lido em Bandeirinha (2011) a realização de uma sessão pública comunitária em que se partilha aos moradores as propostas desenhadas pela equipa de estudantes de arquitetura, e se os convida a partilhar a opinião crítica sobre as propostas. A sessão em si permite, em primeira instância, perceber o interesse da comunidade em se envolver no desenvolvimento de projetos pela aderência dos residentes na sessão. Numa segunda instância, permite uma discussão com os participantes, onde estes podem e são convidados a falar abertamente, tanto à equipa de estudantes como a discutir entre si, sobre os conceitos e prioridades das soluções. Isto permite desenvolver na população uma consciencialização dos problemas para além da sua visão individual, desenvolver uma opinião crítica sobre soluções e alternativas, e sentirem-se ouvidos e integrados.

Para disseminar esta iniciativa de reunião expositiva e participante dos moradores, foram preparados e espalhados por locais chave no bairro posters e panfletos (Figura 36), indicando a hora e dia marcado.

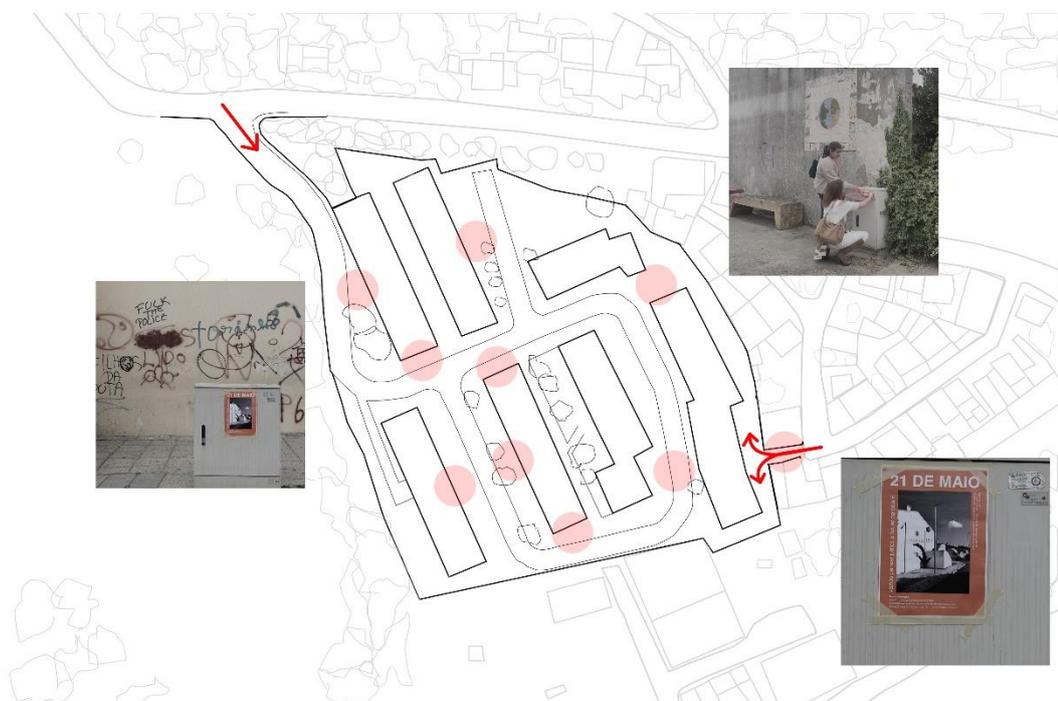


Figura 37 – Mapa Ilustrativo da localização dos cartazes a anunciar a sessão coletiva, produzido pelo autor

A escolha da hora e o dia (15h de sábado de 21 de maio de 2022), teve em consideração a disponibilidades geral dos moradores do bairro. Esta informação foi obtida através de conversas e observação, que revelaram a falta de movimento nos dias de semana e aos fins de semana de manhã. A localização foi escolhida por ser um ponto de encontro de moradores, ser um local visível e com fluxo de movimento (Figura 37)



Figura 38 – Mapeamento de zonas de convivência, circulação e visibilidade em relação ao local escolhido para a sessão, produzido pelo autor

Na hora marcada para realizar a sessão, apenas se encontrava no local a equipa de estudantes, tendo esta optado por atrasar a apresentação, enquanto uma parte da equipa se encarregou de procurar e convidar, quase sem sucesso, mais moradores. No entanto os moradores que se foram juntando por curiosidade, tiveram uma influência forte na adesão de outros residentes.

A exposição recorreu ao auxílio de elementos físicos, como painéis impressos em tamanho A1 e colados na empena cega do Lote 1 (Figura 37) e uma maquete para servir de auxílio espacial do bairro e das propostas colocada numa mesa montada no local (Figura 38). Experimentou-se uma maquete volumétrica para apoio de localização, uma vez que ficara comprovado nas experiências anteriores que a maioria dos moradores, excluindo as crianças e jovens, não consegue localizar e compreender o

espaço numa representação aérea 2D. Os painéis resumem de forma direta as ideias de cada proposta desenvolvida pela equipa de estudantes, enquanto a maquete permite clarificar a localização das propostas de projeto.



Figura 39 – Uso dos elementos visuais de apoio à comunicação (21/05/2022) (Fonte: Sara Eloy)

Os moradores presentes, na sua grande maioria, pertencem à comunidade de etnia cigana, sendo principalmente do sexo feminino, com o acréscimo de crianças e alguns homens. As ideias da equipa de estudantes, foi exposta por mim. A escolha do representante deste grupo de estudantes é relacionada ao fato de ter desenvolvido um papel de conexão e moderador com a população, com o auxílio de intervenções essenciais e pertinentes da equipa técnica. Os residentes foram bastante participativos e ativos, criticando ou valorizando as ideias propostas, oferecendo soluções alternativas com adequada justificação. De realçar que houve uma dificuldade de leitura da maquete desenvolvida, mas uma direta e clara compreensão das propostas através do diálogo e dos painéis, com o acréscimo de conseguir apontar para os locais a intervir.

Os moradores mostraram-se bastante abertos à proposta de criação de novos espaços de estar, assim como as razões da escolha desses espaços. No entanto, não aprovaram todas as propostas dos estudantes de repensar o sistema das conexões existente, nomeadamente o desenho de alguns dos

novos percursos pedestres. A perda de controlo das crianças ou a redução da segurança representavam as principais razões do receio em aceitar esta proposta.

Os moradores envolvidos revelaram-se interessados na proposta de realização de uma oficina-ateliê para atividades formativas e práticas. Indicaram atividades aplicadas ao quotidiano, como costura, estética, equipamentos eletrónicos e ensino de escrita e leitura. Também participaram de forma crítica, com discussão entre eles, sobre que locais seriam melhores, e porquê.

Mostraram-se pouco interessados sobre a implementação de acessos verticais alternativos às escadas, como forma de possibilitar mobilidade fluida e possível entre os apartamentos e o espaço público para residentes com mobilidade condicionada.

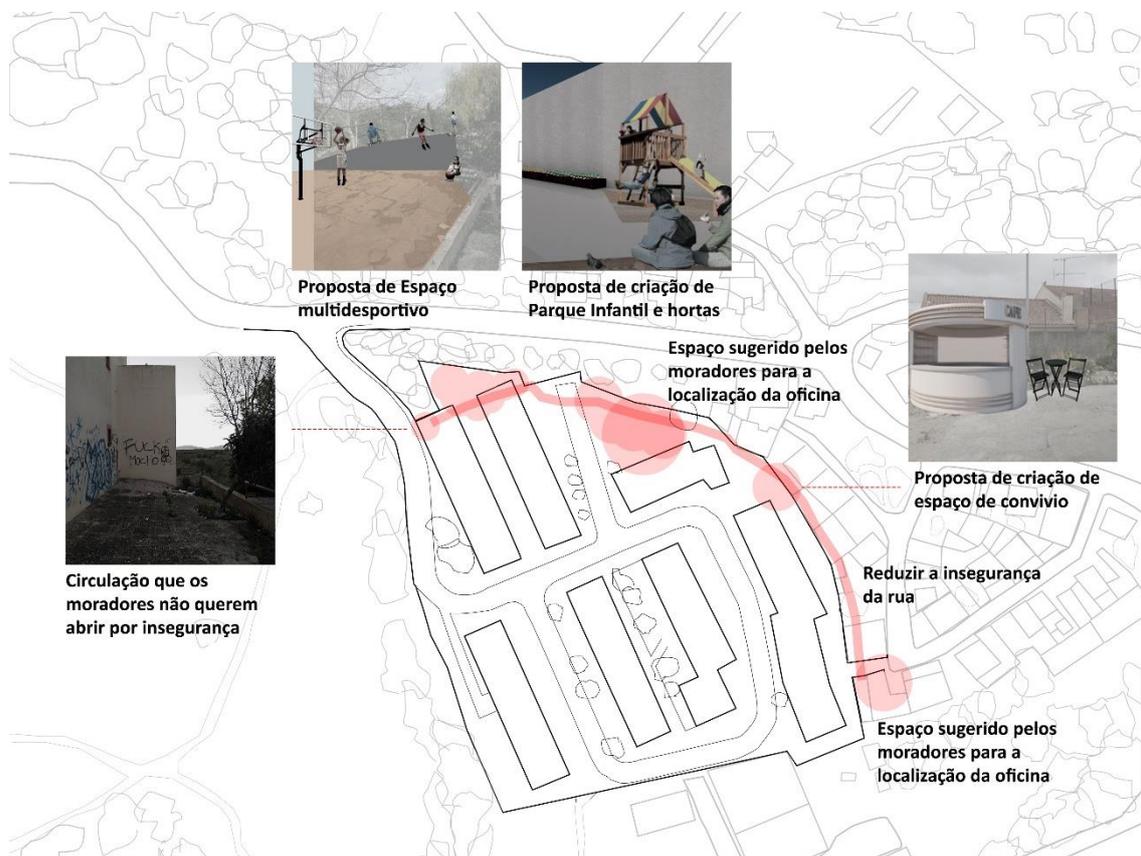


Figura 40 – Mapeamento do feedback obtido sobre as propostas apresentadas (21/05/2022), produzido pelo autor

A referida atividade teve desde o início um ambiente descontraído, oferecido pela equipa de estudantes e pelos residentes. O facto de os moradores terem chamado à atenção das crianças para não perturbarem nem fazerem barulho, mostra respeito e valorização pela iniciativa montada pelos estudantes. Os residentes de forma natural e educada colocaram dúvidas, partilharam opiniões e

discutiram entre eles. No fim da sessão havia um claro sentimento de satisfação de ambas as partes, com agradecimentos e conversas informais misturando arquitetos com residentes.

Após a sessão coletiva, surgiram mais dois moradores, desfasados um do outro, curiosos, perguntando se podiam ouvir e conhecer. Tendo resultado em resumidas sessões individuais, que foram igualmente recebidas com opiniões críticas.



Figura 41 – Fotografia do decorrer da sessão, interação dos estudantes e dos moradores (21/05/2022) (Fonte: Stefania Stellacci)

A pedido de residentes foram deixados os painéis das propostas colados nas paredes, revelando o interesse nas ideias, a vontade de discussão e divulgação. Posteriormente foi possível assistir a jovens a irem estudar os painéis, discutir entre eles, e a adesão de mais moradores que conheceram as propostas através da explicação desses jovens.



Figura 42 – Moradores a rever as propostas após a atividade promovida pelo grupo de estudantes (21/05/2022) (Fonte: autor)

O método de aviso da exposição teve um fraco impacto na comunidade, tendo participado os residentes curiosos que por ali circulavam, e os que foram chamados por vizinhos ou familiares, mesmo estes tendo referido que viram os convites colocados. Infelizmente a exposição restringiu-se a um número reduzido e pouco diversificado de moradores, não sendo satisfatório para se apresentar uma opinião coletiva democrática.

Ressalta-se que a explicação do grupo de estudantes que promoveu esta iniciativa poderia ter sido mais clara em relação a localização exata de sugestões, utilizando a maquete ou outras formas.

5.2 Análise crítica do processo participativo

A leitura da bibliografia sobre a evolução dos projetos participativos em Portugal foi crucial para compreender o que tem vindo a ser feito, quais os impactos, e guiar em como planear e intervir. O conhecimento sobre Loures e o bairro permitiu oportunidades de interação, e criar bases de conversa informadas com os residentes.

As interações com a comunidade exigiram visitas regulares e disponibilidade social. Precisei de iniciativa para criar contacto com os residentes, o que requereu flexibilidade e criatividade para aproveitar oportunidades. No entanto tive que depender da disponibilidade, confiança e interesse dos residentes, reconhecendo que nem todos os residentes querem interagir de volta. Com alguns residentes não foi possível passar do primeiro contacto, tendo se recusado a participar por desconfiança. Durante o processo foi necessário ter uma opinião crítica sobre a informação recebida, estar aberto a diferentes opiniões e evitar julgamentos. Foi crucial saber distinguir que informações partilhadas pelos residentes são opiniões, e quais são factos. Da informação recebida foi preciso saber o que filtrar, ignorar e aprofundar. Foi possível compreender que com contacto regular e aumento de confiança, os residentes passaram a expor informações pessoais, o que permite um mapeamento mais detalhado do quotidiano do bairro. Esta abordagem desenvolveu afinidade e relações com residentes, criando motivação e envolvimento pessoal com o projeto.

A concretização da sessão pública do mapeamento do bairro, permitiu aos residentes refletirem sobre o bairro, tanto sobre as qualidades do mesmo como sobre os principais problemas, e exporem a sua visão do bairro. A abordagem permitiu conhecer características do bairro não identificadas em bibliografia, e compreender como o espaço é visto e vivido pelos residentes. A sessão despertou a curiosidade dos residentes, provocando uma participação dinâmica e impaciente. Foi necessário a adaptação de uma participação individual para uma coletiva. Os residentes não foram capazes de se localizar com o apoio em representações aéreas bidimensionais, tendo receado desenhar no mapa. Foi possível identificar em vários participantes orgulho e brio nos mapas, expondo a sua valorização e preocupação em serem preservados.

O questionário porta-a-porta foi um processo demorado e exigente, requerendo sessões regulares e prolongadas com a comunidade. Permitiu o contacto com grande parte da comunidade, dando resultados representativos e democráticos. O primeiro contacto com um grande número de residentes revelou que as intervenções até ao momento tinham abrangido uma pequena parte da comunidade. Os resultados provaram o levantamento de ideias e problemáticas até ao momento e guiaram propostas de intervenção para requalificar o bairro.

A discussão com os residentes de propostas de intervenção resultou numa sessão de discussão pública rápida e enriquecedora. No entanto é o resultado de um trabalho de investigação e desenvolvimento logo e exigente. Foi necessário resumir as propostas e direccionar as intenções, para garantir a clara comunicação com os residentes. Os participantes não conseguiram localizar as propostas através da maquete volumétrica do bairro, mas graças à reduzida dimensão do bairro e localização da sessão foi possível explicar com facilidade. As propostas foram bem compreendidas

pelos residentes, reconhecendo o valor dos painéis com ilustrações, permitindo-lhes discutir adaptações e expor críticas. Isto permitiu ter uma melhor visão sobre o que consideram prioritário e de interesse. Em paralelo, permitiu aos estudantes de arquitetura, que propuseram as propostas direcioná-las para os interesses dos participantes. Apesar de revelarem estar a par graças à divulgação prévia, poucos residentes aderiram à sessão, justificando com falta de interesse. No entanto, durante a sessão foram-se juntando residentes, tendo resultado numa discussão dinâmica e participativa. Após a sessão, continuaram a surgir residentes a pedir uma sessão extra para eles. A pedido dos residentes foi deixado os painéis com as propostas, para que pudessem discutir entre eles com quem não participou.

6 Conclusões

A primeira proposta oficial de planeamento de edificado para o território da Parcela 6, surge durante a década de 70 por parte do programa SAAL. No entanto só no fim da década de 80, sob o PER, com a adaptação da proposta inicial, é que se iniciam as construções do bairro. O Bairro da Parcela 6 surge como um conjunto habitacional de promoção pública, para realojar famílias em áreas de ocupação. O bairro dividiu-se em duas fases principais de construção. A primeira, divide-se em duas subfases, com a construção desfasada das moradias; a segunda, a meio da década de 90, com a construção de blocos de apartamentos em galeria.

A análise da proposta de urbanização do PER revela, em relação ao resultado construído, maior área para zonas ajardinadas e circulação pedonal, mas, no entanto, revela menos mobilidade fluida com desníveis e barreiras, e menos espaços de permanência ou lazer. O bairro foi desenhado priorizando o percurso automóvel e o estacionamento, obrigando a quebras e desvio da circulação pedonal.

Os residentes das moradias optaram por trocar a entrada secundária com a principal pela relação com as vias de circulação, o que resultou na reconfiguração da distribuição de espaços. Para adaptar aos diferentes usos, residentes optaram por remover paredes interiores, ou expandir o espaço edificado.

A maioria dos residentes dos apartamentos procuraram colocar barreiras entre a circulação da galeria e a entrada da habitação, como grades ou portas, por segurança e privacidade. No interior da habitação, os residentes procuram remover paredes interiores e mudar os acabamentos. No entanto em casos extremos optam pela junção de fogos ou partilha de divisões, abrindo vãos nas paredes que os dividem.

Na execução de um projeto participativo, o Arquiteto deve desenvolver o papel de gestor e mediador, garantindo o diálogo entre as entidades necessárias, e de projetista, sabendo filtrar e compreender as informações recebidas. O envolvimento do Arquiteto na comunidade, faz com que este compreenda as necessidades da comunidade e os seus interesses. Isto permite ter uma clara noção do que considerar propostas de sucesso, e garantir as adaptações necessárias. É necessário ter em consideração que o envolvimento em projetos participativos requer uma dedicação contínua e regular de energia e disponibilidade, tanto dos participantes como dos organizadores.

Ao convidar a comunidade a expor as suas opiniões, é preciso saber que tipo de resultados se procura. Isto porque quanto mais ponderadas e desenvolvidas forem as respostas, menores serão as

chances de adesão. De forma a obter resultados satisfatórios, é necessário um acompanhamento regular, através de discussões, atividades e entrevistas. A informação obtida tem que ser filtrada e ponderada, podendo haver o risco de expor fragilidades nos participantes. Em paralelo a divulgação e execução do trabalho desenvolvido, tem que ser partilhado de forma clara e objetiva, uma vez que a grande maioria dos participantes não são da área.

O propósito deste estudo foi compreender e divulgar as dificuldades e intenções da comunidade do Bairro da Parcela 6 através de processos participativos. Para isso foi necessário identificar formas de os residentes quererem expor informação, trabalhar com a comunidade, e refletir sobre a eficiência dos processos.

O trabalho na comunidade desenvolveu-se em quatro fases de intervenção: leitura de bibliografia para contextualização; análise e participação no quotidiano do espaço público e interação entre residentes; discussões coletivas para compreender a opinião dos residentes; ações participativas com os residentes; discussão coletiva de propostas de intervenção com base no trabalho desenvolvido.

Através da bibliografia analisada foi possível compreender que os programas de habitação, destacando o SAAL, revolucionaram a maneira de projetar arquitetura social, valorizando a qualidade de vida da população e incluindo-a no desenvolvimento das propostas. Desde então tem crescido o reconhecimento da urgência de reabilitação dos bairros sociais, da inclusão social e geográfica. O rápido crescimento populacional em Loures provocou o surgimento de urbanizações de habitação improvisada e de génese ilegal, priorizando os acessos à capital. O bairro surge para realojar famílias desalojadas, surgindo por fases de construção. A primeira fase permitiu realojar famílias da mesma comunidade, preservando o sentimento de inclusão e união. A segunda fase alojou famílias dispersas, após os residentes da primeira fase já se encontrarem instalados. A bibliografia referente a projetos participativos existentes permitiu criar bases e guias de intervenção com a comunidade do Bairro da Parcela 6. O que levou a interagir com a comunidade de forma gradual, procurando grupos ou membros ativos e recetivo.

O primeiro contacto, ao ser introduzido e guiado por técnicos da Câmara Municipal de Loures, permitiu quebrar barreiras com a comunidade. Foi exposto a posição da Câmara de Loures, explicando a dificuldade de intervenção no bairro e as necessidades de intervenção do edificado. Em paralelo permitiu perceber a insatisfação dos residentes na capacidade de manutenção dos espaços do bairro, por parte da Câmara Municipal de Loures. As seguintes visitas permitiram interagir com os residentes e aprofundar as informações obtidas, compreendendo as dinâmicas sociais, as utilizações dos espaços, e

as relações entre os residentes. Para isso foi crucial deixar os residentes liderar as conversas e controlar o nível de interação.

Como forma de incluir os residentes na qualificação da Parcela 6, estes foram convidados a participar no mapeamento do bairro. Foi pedido aos residentes para mapearem as suas opiniões sobre os espaços, e localizarem experiências vividas, assim como assinalar intervenções necessárias. No entanto a maioria dos participantes recusou-se a assinalar diretamente no mapa, admitindo não conseguir localizar-se nas fotografias aéreas do bairro. Graças à reduzida dimensão do bairro, e localização central da sessão, foi possível a explicação dos locais. Apesar de se ter planeado participações individuais, a adesão dinâmica dos participantes originou discussões coletivas em simultâneo. Com base nos resultados, foi possível extrair zonas de concentração de informação e atividade, assim como dividir o território por vivências e níveis de conforto.

A identificação de problemáticas, permitiu criar um questionário individual de forma a compreender a eficiência da comunicação entre os residentes e Câmara Municipal de Loures, e perceber que intervenção consideram prioritárias. O questionário foi realizado através de entrevistas porta-a-porta, a todas as habitações do bairro, tendo tido a adesão de 47% das famílias. A intervenção permitiu compreender que embora a Câmara Municipal de Loures realize e divulgue reuniões públicas convidando os munícipes a exporem a sua opinião, 88% desconhece a sua existência. Apesar de 65% ter interesse em participar, a divulgação falha ao ser partilhada online, onde apenas 14% revela ter interesse nesse método. Sobre a qualidade de vida, 70% dos participantes revela sentir-se abandonado, pelo que 59% revela ter processos pendentes. A nível do edificado, 57% identifica problemas estruturais e impermeáveis.

A análise dos dados levantados permitiu aos estudantes de arquitetura, direcionar as suas propostas para os interesses da comunidade. Foi realizada uma sessão de discussão coletiva, para se expor as propostas e convidar os residentes a criticá-las. A divulgação da sessão foi partilhada com antecedência, através de poster espalhados por pontos-chave do bairro. A sessão foi realizada no horário previamente identificado como o mais abrangente para a comunidade, tendo permitindo compreender o interesse da comunidade em participar.

A exposição correu ao auxílio de painéis impressos para expor as ideias das propostas, e uma maquete do bairro para localizar as propostas. Houve a dificuldade em associar as propostas à maquete por parte dos participantes da sessão, no entanto a localização da sessão e pequena dimensão do bairro, permitiram superar essa falha de comunicação. A divulgação das propostas foi sintetizada aos seus pontos principais, tendo sido bem compreendidas pelos residentes. Os

participantes expuseram regularmente as suas críticas e sugestões às propostas, tendo as ilustrações dos painéis facilitado a comunicação. Em paralelo os estudantes de arquitetura puderam adaptar as propostas às intenções dos residentes com as críticas obtidas.

Referências

Antunes, G. (2019) Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade, *Forum Sociológico*, (34), pp. 7–17. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>.

Bandeirinha, J.A. (2011) O processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974.

Branco Jorge, S.M. (2010) Da produção à qualificação do espaço urbano de génese ilegal - o caso da freguesia de Unhos em Loures.

Britton, T. e Anderson, A. (2016) *The Illustrated Guide to Participatory City*.

Burns, J., Cooke, D. e Schweidler, C. (2011) A short guide to community based participatory action research. Disponível em: www.advancementprojectca.org.

Cachado, R. (2012) O programa especial de realojamento - Ambiente histórico, político e social, 206, pp. 134–152.

Carreiras, M. (2018) Integração socioespacial dos bairros de habitação social na área metropolitana de Lisboa: Evidências de micro segregação', *Finisterra*, 53(107), pp. 67–85. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/finis11969>.

CMLoures (2015) Revisão do plano diretor municipal de Loures.

CMLoures (2019) Proposta de deliberação N°197/2019.

CMLoures (2021) Estratégia Local de Habitação de Loures.

CMLoures (2021) Plano Diretor Municipal de Loures.

Costa, I. e Subtil, M. (2013) *Programas de Realojamento PER e PIMP*. Lisboa.

Diário da República (2019) *Diário da República*, 2.ª série — N.º 102 — 28 de maio de 2019, Diário da República.

Esteves, S.C. (2017) Reativar espaços negligenciados intervenções pontuais como catalisador de regeneração urbana. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Lobo, D. (2017) *Investigação-ação no bairro da Torre*, em Loures.

Matos, F. (2018) Problemas, desafios e oportunidades para a habitação social em Portugal.

Rodrigues, F. e Silva, M. (2015) *Cidade, Habitação e Participação*.

Sanders, E., Brandt, E. and Binder, T. (2010) A framework for organizing the tools and techniques of participatory design. Association for computing machinery.

Sanoff, H. (2008) Multiple views of participatory design.

Serdoura, F. e Almeida, H. (2012) Geographic morphology in informal settlements. Influences on urban liveability and segregation.

Stenberg, J. (2013) Citizens as knowledge producers in urban change: Can participation change procedures and systems?, (The Participatory Turn in Urbanism), pp. 131–142.

Tromp e Hekkert (2019) Designing for society products.

AtelierMob (2022) AtelierMob. Disponível em: <https://www.ateliermob.com/> (acedido: 29/11/2022)

Rés do Chão (2022) *Rés do Chão*. Disponível em: <https://resdochao.org/> (acedido: 29/11/2022)

Anexos

A – Mapa realizado em parceria com os residentes



Sobreposição de mapas desenhados com a comunidade do Bairro da Parcela 6

B – Questionário

Habitação:

- 1) Tem conhecimento das discussões públicas que a CM Loures faz para pedir a opinião da população sobre os diversos assuntos?
 - a. Como teve conhecimento?
 - b. A divulgação é apropriada?
 - c. Como/onde acha que deveria ser a divulgação?
- 2) Já participou em alguma?
 - a. Porquê?
 - b. Tem interesse em participar?
- 3) Tem conhecimento das propostas atuais da CM Loures? Assuntos como Habitação, Apoios sociais, educação, saúde, economia
 - a. Se sim, sobre o que?
 - b. Se não, gostaria de ter?
 - i. Se sim, sobre o que?
- 4) Já leu algum documento oficial que explica os planos de intervenção propostos? (Plano Diretor Municipal; Plano de Pormenor; Unidade de execução; Plano de Habitação; Plano de Mobilidade; ...)
 - a. Se sim, qual?
 - b. Porquê?
 - c. Se sim, achou difícil de ler?
- 5) Já apresentou queixas/ pedidos na CM Loures ou outra identidade?
 - a. Se não, porquê?
 - b. Se sim, onde?
 - i. Como funciona?
 - ii. Como foi a resposta?
 - iii. Com quem falou?
 - iv. Demorou muito a resolverem a situação?
 - v. Tem registos dessas queixas/ pedidos?
- 6) Têm um assistente social? Quem?
 - a. Se sim, está satisfeito?
 - b. Tem contacto regular?
 - c. Como poderia ser melhor?
- 7) Algo que queira acrescentar / partilhar / Comunicar? (escrever nas costas)

Questionário montado para entrevistar individualmente a comunidade do Bairro da Parcela 6

C – Painéis da exposição e discussão de propostas

21 DE MAIO

quem somos?
Um grupo de alunos do Mestrado em Arquitetura do ISCTE.
Agradecemos o seu contributo e contamos com a sua presença!

futuro da parcela 6
aqui às 15h



Temas a debater
aumento da perceção de segurança e conforto no bairro
acessibilidade e mobilidade nos apartamentos, edifícios e arruamentos do bairro
oficinas de ideias e produções na parcela 6: pensar, construir e remendar

Cartaz usado para convidar a população do Bairro da Parcela 6 a convidar na discussão pública de propostas

PROPOSTAS PARA O FUTURO DA PARCELA 6

aumento da percepção de segurança e conforto no bairro

evidências causadoras de insegurança encontradas no local



- lixo
- ocupação do passeio por carros
- mobiliário urbano degradado
- ocupação do espaço público
- falta de corte de erva e limpeza

percepção dos moradores do Bairro



- medo/ não frequência
- medo de atropelamento
- sensação de insegurança
- sensação de segurança



o caminho pedonal



o café no caminho pedonal



o café no caminho pedonal



parque infantil



campo de jogos e skate park, no antigo parque infantil

Cartaz utilizado para expor as propostas de Rita Santos à comunidade do Bairro da Parcela 6, montado por Rita Santos

PROPOSTAS PARA O FUTURO DA PARCELA 6

acessibilidade e mobilidade nos apartamentos, edifícios e arruamentos do bairro



Esta proposta tem como finalidade estudar o tema das acessibilidades e aplicá-lo no contexto urbano e habitacional.

O que mais despertou a atenção foi o facto de não haver qualquer acessibilidade aos apartamentos e os edifícios do bairro da Parcela 6 a partir do espaço público para os edifícios.

Pratende-se criar um sistema de acessibilidade entre os edifícios e os apartamentos, utilizando rampas, pontes e um elevador.



Cartaz utilizado para expor as propostas de Diogo Filipe à comunidade do Bairro da Parcela 6, montado por Diogo Filipe

PROPOSTAS PARA O FUTURO DA PARCELA 6

oficinas de ideias e produções na parcela 6: pensar, construir e remendar



Cartaz utilizado para expor as propostas de Ricardo Mendes à comunidade do Bairro da Parcela 6, montado por Ricardo Mendes

D – Workshop

Situado em Coimbra, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova vem substituir o antigo mosteiro medieval de Santa Clara-a-Velha, vítima das inundações periódicas do rio Mondego. Obrigou à construção de um novo edifício a uma cota mais elevada. O edifício permaneceu de caráter religioso até à Implantação da República em 1910, a partir da qual a ala Norte foi atribuída ao Exército português, para utilização como quartel.

No contexto da Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra é lançado o desafio de refletir sobre a herança expectante deste imponente e monumental edifício setecentista, da sua cerca e espaços exteriores, reclamando-o para usufruo público e aproximando-o da acrópole universitária.

O projeto, realizado em grupo (Bárbara Monteiro, Beatriz Portugal, Diogo Filipe, Inês Maciel, Marta Fonte, Susana Balhico) materializa o atravessamento de limites, onde as fronteiras são abraçadas como oportunidades, permitindo a continuidade quebrada pela acidentada e ingreme topografia que separa o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova da Universidade de Coimbra. Dividida pelo rio Mondego, a cidade de Coimbra é constituída por duas principais acrópoles coroadas com a Universidade, a nascente, e com o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, a poente. Apesar da proximidade horizontal, o percurso realizado entre estes dois pontos essenciais é acentuado e incómodo. Para tal, assumindo e valorizando a agressiva topografia que os separam, agindo com um gesto ainda mais radical e esbelto, é proposto um eixo que contraria a tendência de abandono e degradação deste património, que funcione de mote para a sua requalificação. A proposta desenha um caminho através da cerca do Mosteiro, pontuado por momentos de paragem e contemplação.

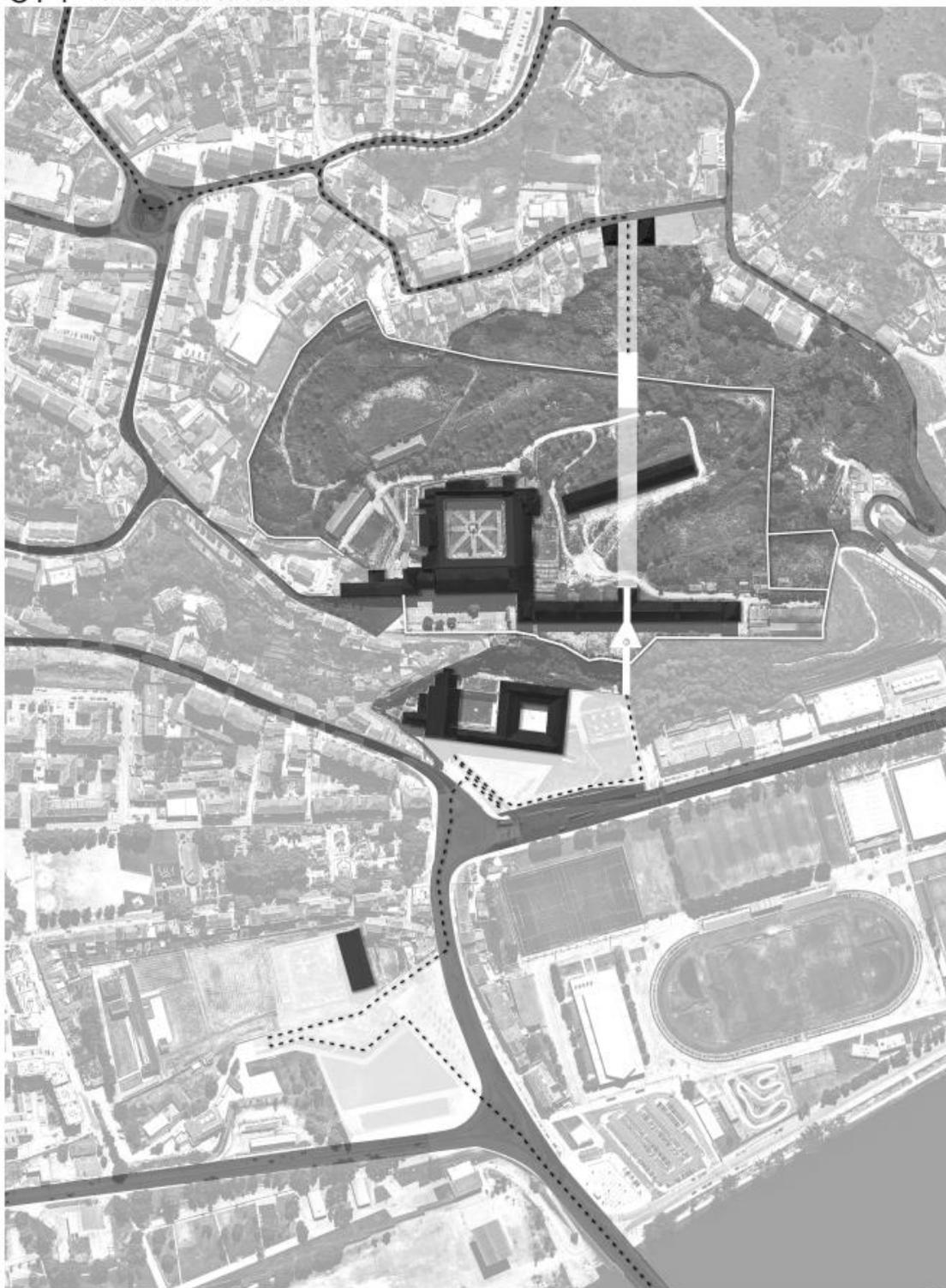
Na cota superior do jardim do Convento de São Francisco, surge uma das duas entradas para o Mosteiro, um elevador, que rompe o terreno, funciona como um portal que une e separa duas realidades, duas histórias. A chegada ao Mosteiro é pontuada por um vazio escuro iluminado por uma claraboia, que desvenda parte do edifício centrado ao eixo, e por uma luz ao fundo que encaminha para o interior da cerca.

Em contrapartida, a outra entrada inicia-se numa ponte larga de betão que sobrevoa um vale coberto de vegetação, direcionado para uma quebra brutal na cerca encimada por um lintel pedonal que contempla o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova enquadrado com a cidade, ilustrando a proximidade horizontal entre ambos.

No centro deste percurso, o atual edifício das garagens é recortado, enfatizando a relação de linearidade do caminho projetado, que cria um momento de paragem e uma interação com um espaço expositivo.

Assim, duas acrópoles que atualmente se distanciam, tornam-se um ponto de ligação da cidade, possibilitando a expansão da mesma, sem que a permeabilidade pedonal seja perdida.

01 | Mosteiro de Santa Clara-a-Nova-urbanidade
Da Universidade ao Mosteiro



Painel exposto (painel 1 de 3)

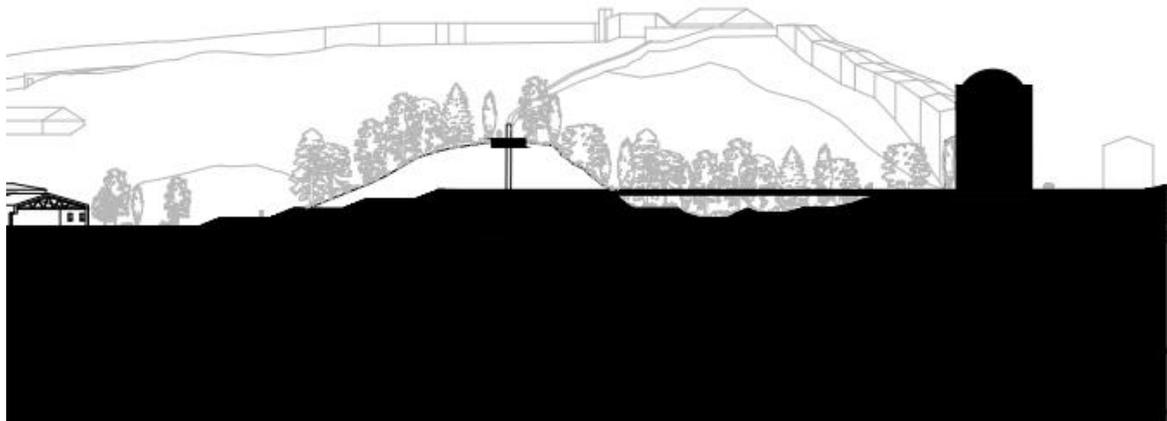
03 | Mosteiro de Santa Clara-a-Nova-urbanidade Da Universidade ao Mosteiro

Fra José superior do Jardim do Convento de São Francisco, segue uma das duas estradas para o Mosteiro, em direção ao antigo mosteiro, buscando uma via paralela que não se repete das realidades, das histórias. O abrigado ao Mosteiro é pensado por um novo espaço limitado por uma circulação que desce para o nível do solo, e por uma luz ao fundo que ilumina para a interioridade.

Em contraponto, o novo espaço não se repete para ligar de facto que se encontra em cada unidade de espaço, diferenciando para um espaço local no novo ambiente por um local pedonal que integra o Mosteiro de Santa Clara a Nova urbanidade com o urbano, tornando a permeabilidade horizontal entre ambos.

Na zona das paredes, o nível do solo dos parapeitos é elevado, realçando a relação da horizontalidade do espaço pedonal, que integra momentos de paragem e circulação com um espaço exposto.

Desde, duas unidades que se encontram no exterior, tornando-se um ponto de ligação da unidade, possibilitando a expansão da mesma, mas que a permeabilidade pedonal seja possível.



Painel exposto (painel 3 de 3)